

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS**

A MORTE DE DEUS

Uma leitura nietzscheana do realismo

KARINA JUNQUEIRA BARBOSA

BELO HORIZONTE, 23 DE AGOSTO DE 2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS**

A MORTE DE DEUS

Uma leitura nietzscheana do realismo

**TESE DE MESTRADO ORIENTADA
PELO PROFESSOR JARBAS
MEDEIROS NA FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PARA FINS DE DEFESA**

BELO HORIZONTE, 23 DE AGOSTO DE 2002

Ao Cristiano

"The power relationship is, then, in the last analysis, a frustrated relationship of love. Master and subject are the bottom of their souls lovers who have gone astray".

Hans J. Morgenthau

"Realism is an issue not only for literature: it is a major political, philosophical and practical issue and must be handled and explained as such - as a matter of general human interest".

Bertold Brecht

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS**

SINOPSE

A Morte de Deus

Uma interpretação nietzscheana do realismo

Karina Junqueira Barbosa

Orientador: Jarbas Medeiros

Departamento de Ciências Políticas - DCP

Esta tese tem por objetivo fazer uma análise do realismo, especificamente da teoria de Morgenthau, a partir de um arcabouço nietzscheano. Para tanto, são analisados os conceitos de poder e natureza humana de Morgenthau sob a ótica das concepções da Morte de Deus, do perspectivismo e da Vontade de Potência de Nietzsche.

Palavras-Chaves: Realismo, Morgenthau, Nietzsche, Morte de Deus, Perspectivismo, Vontade de Potência, Poder, Natureza Humana.

SUMÁRIO	PÁGINAS
I- INTRODUÇÃO	07
II- O REALISMO	14
III- A TEORIA NIETZSCHEANA	41
IV- NIETZSCHE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	58
V- NIETZSCHE E O REALISMO	76
VI- CONCLUSÃO	92
BIBLIOGRAFIA	97

I- INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma leitura nietzscheana do realismo. Deste modo, não pretendo aqui utilizar Nietzsche para fazer uma crítica do realismo ou uma desconstrução do mesmo. Tampouco minha intenção é a de fazer uma simples aproximação de noções e conceitos entre uma teoria e outra.

Procuro neste trabalho fazer uma leitura do realismo, especificamente do realismo concebido por Morgenthau, a partir de uma arcabouço filosófico oferecido por Nietzsche.

Para tanto, é necessário fazer alguns esclarecimentos em relação às teorias e autores que serão objeto de nosso estudo.

Adotando o discurso dos pós-positivistas¹, e em especial de J. Der Derian, defendo que não há uma teoria fechada, unificada, coerente, a qual possamos chamar de realismo. Na verdade, podemos falar apenas em

¹ Este movimento será tratado em capítulo posterior.

realismos. O que se convencionou chamar de realismo, portanto, nada mais é que uma determinada concepção que prevaleceu sobre as demais. De um ponto de vista nietzscheano, diríamos que se trata de uma linha de força que se impôs sobre as demais, construindo uma unidade fictícia a qual chamamos de teoria.

Assim ,para fins deste trabalho, tornou-se claro que não se poderia partir de uma corrente abstrata, composta de uma mistura de conceitos, autores e fundamentos díspares, unificados por uma conveniência de linguagem. Foi preciso adotar, em uma abordagem novamente nietzscheana, uma determinada perspectiva.

A perspectiva eleita, então, foi a teoria de Hans J. Morgenthau, que veio sistematizar e consolidar a posição de ciência do realismo. Aqui, faz-se necessário novos esclarecimentos. Em primeiro lugar, escolhi Morgenthau por sua riqueza filosófica, base do seu realismo político, expressa em noções como poder e natureza humana. Além disso, não há como negar seu papel primordial para a consolidação da teoria realista , em particular, e da própria ciência das Relações Internacionais, como um todo.

Em segundo lugar, seguindo a mesma lógica, não há apenas um Morgenthau - a morte do autor apregoada pelos pós- modernos. O que se chama de autor nada mais é que um embate de linhas de força, cabendo ao leitor privilegiar a sua. De um ponto de vista prático, optei por partir dos seis princípios filosóficos de Morgenthau e, a partir deles analisar seus conceitos-chave, como poder e natureza humana.

Tendo Urlik Enemark Petersen, além do próprio Nietzsche, como guia, viso a uma interpretação não tradicional de Morgenthau. Convencionalmente, a teoria deste autor é reduzida a duas assertivas: a política internacional como uma luta pelo poder e a política governada por leis objetivas, que têm suas raízes na natureza humana, a qual é má e movida por uma ânsia de poder.

O grande problema estaria justamente na interpretação que se dá aos conceitos de poder e natureza humana de Morgenthau. Normalmente percebido com um "American Thinker" e herdeiro da famosa tradição Tucídides - Maquiavel - Hobbes, tem-se uma visão extremamente estreita de sua teoria, reduzindo-o apenas a um dos pais do realismo nas Relações Internacionais. O poder torna-se uma entidade com vontade própria, uma fome por poder e a natureza humana ganha contornos de maldade apriorística.

No entanto, se colocado em um outro arcabouço filosófico, teremos uma perspectiva bem mais ampla da teoria deste autor. E este novo arcabouço é justamente a teoria de Nietzsche. Não pretendo aqui fazer de Nietzsche um novo "pai" do realismo, colocando-o como um dos precursores desta corrente. Aliás, esta seria uma postura totalmente anti-nietzscheana. Adotando o método genealógico, sabemos que não faz sentido procurar origens míticas e imaculadas de uma determinada escola ou teoria, motivo pelo qual em momento algum nesta tese me refiro aos chamados precursores filosóficos do realismo.

“É claro que não há um realismo original a descobrir. Mas como a América precisa de seu Colombo e seus pais fundadores para mitificar e legitimar o melhor e mais nobre de sua história, as Relações Internacionais necessitam de seus pais seminais (eles nunca parecem ser ‘embyonic’) pais (e nunca “mães”) como Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Weber e outros”.²
(tradução nossa)

O que pretendo, portanto, é fazer uma leitura dos conceitos de Morgenthau tendo como ferramenta a temática nietzscheana. Deste modo, por exemplo, a concepção de poder do primeiro será lida sob a ótica da Vontade de Potência do segundo.

Assim, mudando a interpretação da filosofia de Morgenthau, estarei, necessariamente, e como uma consequência, mudando também a leitura de seu realismo político.

Feito estes primeiros esclarecimentos, passemos ao modo como este trabalho foi organizado.

A segunda parte, O Realismo, não é uma tentativa de conceituar taxativamente o que vem a ser esta teoria. Como esclarecido anteriormente, não estamos em frente a um sistema fechado de idéias, mas perante uma “luta discursiva”.³ Entretanto, para fins práticos, procurei destacar alguns aspectos tradicionalmente relacionados ao realismo, com ênfase aos conceitos de Morgenthau.

² Der Derian. *International Theory. Critical Investigations*. pg. 382

³ Der Derian. *Op. cit.*

Assim , busco contextualizar o nascimento desta teoria, o debate com o idealismo, sua primeira articulação moderna com Carr (o que já é um consenso sendo eleito o “Vinte Anos de Crise” como pedra fundamental) e sua consolidação com Morgenthau.

Na terceira parte, faço uma análise de conceitos específicos de Nietzsche, que serão posteriormente utilizados na leitura de Morgenthau. O conceito central neste caso será a Morte de Deus, que desferindo um golpe fatal na metafísica moderna, criou um terreno fértil para o advento e desenvolvimento do realismo.

Deslocando o foco da vida humana da possibilidade de construção de uma unidade fora e além do homem – Deus -, da concepção de que somos todos criaturas, filhos de um mesmo pai, tomado de compaixão e que nos promete salvação em um outro mundo, Nietzsche cria o mundo real como único mundo possível. E é este mundo real, como único palco acessível, que permite o desenvolvimento da teoria da ação de Morgenthau, baseada em uma concepção de poder e natureza humana que só foi possível com a Morte de Deus.

Devo ressaltar, no entanto, que o mundo real ao qual me refiro é o da experiência, da ação, da experimentação, ou, por assim dizer, terreno. Não estou me referindo aqui ao debate nietzscheano sobre mundo real, como realidade objetiva independente de representação e interpretação e mundo aparência, o único que pode ser alcançado, uma vez que conhecido por intermédio de nossos sentidos e tornado inteligível pela linguagem.

Deste modo, a Morte de Deus cria um *continuum* entre a temática nietzscheana e a de Morgenthau - a negação de uma transcendência em Deus como princípio que torna inteligível o mundo e a busca por uma nova medida do cognoscível.

Já na quarta parte, faço uma breve análise do modo com Nietzsche foi introduzido no campo das Relações Internacionais. O objetivo destes capítulos é apenas fazer uma contextualização, mostrando que o autor não é um elemento estranho nas teorias de RIs, e a maneira como foi introduzido. Como já havia colocado, reitero que não pretendo utilizar o pensamento nietzscheano como contraponto ao realismo através de críticas a este último ou qualquer tentativa de desconstrução do mesmo.

E, por último, na quinta parte, tendo já realizado as devidas contextualizações e abordado os conceitos mais importantes, faço a leitura nietzscheana do realismo. É nesta parte que, utilizando as ferramentas fornecidas por Nietzsche, e tentando alocar Morgenthau em uma mesma temática - a Morte de Deus e uma reação à tradição da modernidade - que busco uma visão mais ampla, menos positivista, e por que não mais sensível, de Morgenthau.

O ser humano volta, então, a ser a medida de todas as coisas - um ser solitário e, ao mesmo tempo social, constituído de linhas de força, em um embate entre nossa liberdade terórica e nossa necessidade prática, movido por amor e por poder, em busca de uma unidade e de uma explicação para o

mundo. Um homem constituído de *animus dominandi* ou, se preferirem, de Vontade de Potência.

II - O REALISMO

2.1 - O Campo de Estudos de Relações Internacionais

O campo de estudos das Relações Internacionais ainda é um espaço aberto para debates no que diz respeito aos seus limites. Se comparado com demais campos de conhecimento, conclui-se que o saber específico sobre Relações Internacionais encontra-se somente agora, na virada do século, minimamente desenhado.

Os motivos para a ausência de uma conceitualização concreta de seu objeto de estudo podem ser remetidos a dois fatores específicos. Primeiro, até 1914, o estudo das Relações Internacionais era considerado preocupação de profissionais que tratavam dos assuntos entre Estados, sem um mínimo de intervenção de outras esferas. Como relata Carr no seu livro "Vinte anos de Crise - 1919-1939", até mesmo nos países democráticos os assuntos internacionais eram, na sua maioria, exclusividade das chancelarias, não sendo acessíveis ou, pelo menos, não despertando interesse nem dos partidos políticos, nem dos parlamentares.

“(...) em lugar algum, seja em universidades ou em círculos intelectuais mais amplos, havia um estudo organizado das questões internacionais correntes. A guerra ainda era vista principalmente como negócio de diplomatas.(...)”⁴

Segundo, a própria opinião pública não se interessava pelo que ocorria no interior destas chancelarias. Até a Primeira Guerra Mundial, a população legitimava o monopólio das decisões e, conseqüentemente, do saber sobre assuntos internacionais, exercido pela diplomacia oficial.

“Não havia um desejo geral de retirar a condução dos assuntos internacionais das mãos dos profissionais, nem mesmo de prestar atenção séria e sistemática ao que eles estavam fazendo.”⁵

Enfim, como esta área de conhecimento estava restrita à prática diplomática e, como também, ninguém possuía interesse em reivindicar participação nestas decisões, o estudo de Relações Internacionais restringia-se a uma elite especializada, que decidia sobre estes assuntos tendo como parâmetro conhecimentos construídos pela própria prática internacional.

Mas, não era somente o número reduzido de pessoas interessadas que restringia o saber nesta área, isto também se devia ao caráter pragmático que o mesmo era revestido. Longe de se criar teorias generalistas ou com intenções científicas, as Relações Internacionais desenvolviam seu campo de conhecimento

⁴ Carr. Vinte Anos de Crise. pg.15

de acordo com a necessidade da prática diplomática exercida pelos profissionais de chancelaria.

Ainda segundo Carr, a Primeira Guerra Mundial serviu para reverter este quadro. Esta experiência deixou claro que as guerras, agora, não eram apenas assuntos de soldados. A necessidade de utilização de um contingente cada vez maior de soldados e as consequências generalizadas que a Grande Guerra trouxe, serviu para gerar o interesse do cidadão comum em relação aos assuntos internacionais. Ao sentir que fora justamente aquelas decisões tomadas pelo diplomatas - especialistas em assuntos internacionais - que ocasionaram uma tragédia cujas consequências atingiam até o mais insignificante cidadão, é que a opinião pública passou a possuir um súbito interesse por assuntos de chancelaria.

Ao mesmo tempo que as consequências da guerra criavam esta vontade de participação da população nos assuntos internacionais gerava, também, uma pergunta que somente este campo de conhecimento poderia responder: quais seriam as reais causas da guerra? Era justamente a vivência daquela tragédia que impulsionava a população a buscar respostas que, futuramente, poderiam evitar outras tragédias.

Este tipo de movimento teve origem nos países de língua inglesa e possuía como alvo de críticas a celebração de tratados secretos. Duas crenças rondavam esta recente teoria. Primeiro, a população passou a acreditar que a guerra seria consequência de acordos feitos sem o conhecimento público dos mesmos.

⁵ idem

Segundo, a razão destes tratados não estariam na imoralidade dos governos, e sim, na indiferença da opinião pública em relação aos mesmos.

“A culpa pelos tratados secretos deveria ter sido imputada, não à imoralidade dos governos, mas à indiferença dos povos. Todos sabiam que tais tratados eram celebrados. Mas, antes da guerra de 1914, poucas pessoas sentiram alguma curiosidade acerca deles ou achou-os condenáveis. A agitação contra eles foi, contudo, um fato de imensa importância. Foi o primeiro sintoma da demanda pela popularização da política internacional, e anunciou o nascimento de uma nova ciência.”⁶

Assim, a melhor maneira de se evitar as guerras seria, então, trazer a participação popular para o âmbito das chancelarias e evitar que decisões internacionais fossem de conhecimento restrito à diplomacia. Somente a ampliação do interesse em Relações Internacionais e a publicização das decisões iriam, de acordo com a crença corrente, evitar qualquer repetição de erro futuro.

Sem conseguir muito êxito nesta teoria sobre tratados secretos, a verdade é que o sentimento de necessidade de participação pública contribuiu para o desenvolvimento do saber no campo das Relações Internacionais, tirando seu caráter elitista e desvinculando o desenvolvimento deste saber a necessidades pragmáticas de curto prazo.

É justamente no período do entre-guerras, mais especificamente em 1939, que as Relações Internacionais começam a ganhar seu primeiro esboço mais

⁶ Carr. Vinte Anos de Crise. pg.16

científico e a tratar dos assuntos entre atores internacionais como algo passível de se gerar conhecimento objetivo, independente da necessidade momentânea. O livro de Carr "Vinte anos de Crise - 1919-1939" é considerado o marco desta nova fase das teorias sobre Relações Internacionais. Ao mesmo tempo que o autor anuncia a possibilidade de delimitação concreta do campo, ele inaugura o primeiro debate em torno dos paradigmas fundadores deste novo saber.

2.2 -Vinte Anos de Crise - O Início do Primeiro Debate

Qualquer paradigma, teoria ou conceitualização, só é passível de ser criado em oposição a outros elementos. Não ocorreu de forma diferente na criação do campo das Relações Internacionais. Quando Carr escreve no entre-guerras, e inicia uma primeira abordagem concreta da teoria das Relações Internacionais, o faz em oposição a elementos em voga neste mesmo período.

Como o mundo havia acabado de passar por uma experiência desastrosa, de consequências quase irreparáveis, e ainda sofria efeitos daquele acontecimento, o usual nos círculos acadêmicos, as orientações de chancelaria e, até mesmo o desejo da opinião pública, era concentrar todos os esforços para gerar uma situação de paz duradoura a qualquer preço.

Assim, o conhecimento das Relações Internacionais podia ser resumido a uma busca incessante do bom andamento da relação entre atores internacionais, principalmente os Estados Nacionais, com o intuito de evitar o mal maior que seria outra Guerra naquelas dimensões. A própria criação da Liga das Nações⁷ com seus objetivos pacifistas e estrutura democrática pode ser citada como símbolo de todos os intentos sobre os quais estavam reunidos os esforços internacionais.

⁷ Segundo Ricardo Seitenfus, (Manual das Organizações Internacionais, Ed. Livraria do Advogado, 2 ed, 2000), a Liga das Nações, ou Sociedade das Nações possuía três funções: segurança, cooperação econômica, social e humanitária e execução de dispositivos do Tratado de Versalhes. De caráter democrático, baseava-se na boa fé e voluntarismo dos Estados-Membros que à ela poderiam se filiar e ter voz sem maiores restrições. Apesar de alcançar boa popularidade na opinião pública mundial, mostrou-se impotente na resolução de conflitos, principalmente por ignorar a incapacidade dos interesses de países mais fracos se

O livro 'Vinte Anos de Crise' nasce como um iconoclasta deste movimento pacifista. Sem negar o valor dos objetivos almejados, Carr considera, entretanto, que para produzir conhecimento sobre Relações Internacionais seria necessário possuir uma dose maior de realismo. A confusão entre o ideal de mundo que se deseja e a realidade - nem sempre aprazível - do mundo no qual vivemos, torna-se o objeto de ataque do autor. Enquanto os homens de Estado e a própria população destes continuassem acreditando que a simples vontade mútua de paz entre as Nações seria suficiente para garantir uma situação de paz contínua, as Relações Internacionais permaneceriam cometendo o erro de confundir o objetivo com a realidade.

“O mesmo pareceria extremamente verdadeiro acerca do estágio primitivo, ou ‘utópico’, das ciências políticas[referindo-se à Hobhose que identifica nos povos primitivos a não separação entre a verdade de uma idéia e a qualidade que a faz agradável]. Durante este estágio, os pesquisadores prestarão pouca atenção aos ‘fatos’ existentes ou à análise de causa e efeito, mas devotar-se-ão integralmente à elaboração de projetos visionários para a consecução dos fins que têm em vista – projetos cuja simplicidade e perfeição lhes garantem uma atração fácil e universal. É somente quando esses projetos se desmoronam, e desejo e objetivo mostram-se incapazes de, por si sós, atingirem o fim desejado, que os pesquisadores relutantemente pedirão auxílio à análise, e o estudo, emergindo de seu período infantil e utópico, estabelecerá seu direito de ser visto como ciência.”⁸

oporem aos interesses das grandes potências. A Liga da Nações acabou, formalmente, em 31 de julho de 1947.

⁸ Carr. Vinte Anos de Crise. pg.18

Para Carr, mesmo que a paz seja desejável, isto, por si, não garantiria que a mesma estivesse prestes a ser alcançada. Para resolver os reais problemas do mundo e afastar a possibilidade de uma nova guerra, seria preciso partir de análises factuais da estrutura mundial e analisar de maneira precisa, não muito apaixonada, as reais possibilidades de paz entre as Nações.

Este esforço de Carr em separar, dentro de certos limites, os objetivos almejados da análise fria da situação, constituiu muito mais que um simples e bem arquitetado alerta para esta fase romântica da política internacional. O autor não só consegue produzir dentro do saber internacional um arcabouço de argumentos dificilmente passíveis de maiores críticas como, também, inicia o primeiro grande debate que irá inaugurar o campo de conhecimento das Relações Internacionais: o realismo se contrapondo aos utópicos. É a partir da instituição deste debate e do conseqüente desenvolvimento do mesmo que se instaura o realismo como corrente predominante e fundadora do primeiro e mais amplo paradigma deste campo de saber.

2.3 - Realistas X Utópicos⁹

Segundo Carr, no início de toda busca pelo conhecimento, o desejo de se atingir o objetivo é mais forte que a análise dos fatos. O impulso inicial de toda ciência está na própria vontade do investigador de encontrar respostas que o auxiliem a dominar melhor a realidade. Este seria o ponto crucial e indispensável da vontade na produção de conhecimento. Nenhum tipo de saber seria possível de ser alcançado se, no início das investigações, não houvesse a presença da vontade precedendo e, ao mesmo tempo, impulsionando a fase das investigações.

Entretanto, apesar do papel inegável desta fase para a produção de conhecimentos, é necessário que, em determinado momento, o desejo ceda lugar à análise dos fatos e se desvincule daquela vontade inicial de atingir objetivos independente da realidade que se impõe. A insistência em continuar na primeira fase, ignorando os fatos que nos cercam, caracteriza imaturidade por parte do pesquisador e pode levá-lo a deturpar os resultados em nome do desejo que ainda continua latente no mesmo, depreciando, assim, a irrevogabilidade do real.

Carr admite que, para as Ciências Políticas, esta fase inicial é mais longa, se comparada com as Ciências Físicas. Mesmo assim, a desvinculação, mesmo que

⁹ Apesar do termo 'idealismo' ser o mais usual nos dias de hoje, Carr sempre privilegiou o uso do termo 'utópicos'. No seu texto, entretanto, os dois termos são utilizados mas, nem sempre, com o mesmo sentido. Peter Wilson "Introduction: The Twenty Years' Crisis and the Category of 'Idealism' in International Relations" in "Thinkers of the Twenty Years' Crisis" by David Long and Peter Wilson, alerta para o fato: "The first question is whether idealism is the same thing as utopianism. Carr consistently used the latter term and rarely the former. Indeed, on the few occasions he does use the term 'idealism' he has in mind philosophical idealism – the doctrine that upholds, roughly speaking, that reality is a product of the mind – rather than political idealism". (pg 3)

em um momento mais tardio, do desejo inicial é parte imprescindível para a produção de conhecimentos políticos. O pensamento maduro, conclui o autor, estaria justamente na adoção em tempo correto tanto do desejo quanto da análise factual. Insistir na fase inicial das vontades em detrimento da realidade seria caracterizado por imaturidade. Como, também seria insensato entregar-se à pura análise de fatos sem se vincular, em momento algum, ao desejo de produzir situações almejadas. Destinar o tempo certo e empregar a intensidade correta a cada uma destas fases é o que produz o real saber. Qualquer ênfase desnecessária ao desejo ou à análise factual desvirtuaria o pesquisador do caminho do conhecimento concreto.

“O pensamento imaturo é predominantemente da velhice. O pensamento maduro combina objetivo com observação e análise. Utopia e realidade são, portanto, as duas facetas da ciência política. Pensamento político e vida política sensatos serão encontrados onde ambos tiverem seu lugar.”¹⁰

Através destes pressupostos, pode-se vislumbrar a situação em que se encontrava a maior parte daqueles que se dedicavam à Política Internacional no período do entre-guerras. Saturados com as consequências da Guerra que findara e exacerbados pelo desejo de produzirem condições que evitassem novamente o ocorrido, muitos estudiosos, a maioria estadistas e burocratas¹¹, juntamente com o

¹⁰ Carr. Vinte Anos de Crise. pg.22

¹¹ Mais uma vez, é bom recorrer a Peter Wilson e lembrar que, apesar do que se pensa, terem sido os idealistas um grupo de poucos com idéias românticas e uniformes, foram, na verdade, mais numerosos que

desejo da opinião pública, deixaram que a fase do desejo se sobrepusesse à fase analítica da situação internacional gerando, assim, a crença que o simples desejo de paz fosse suficiente para produzi-la, independente de maiores análises da estrutura mundial. Qualquer evidência contrária à eficácia deste intuito pacifista era prontamente atacada com o argumento da necessidade de se conseguir atingir o mesmo. Ou seja, como se o simples desejo e necessidade mundial de produzir a paz, por si só, gerassem as condições suficientes para que a mesma se instaurasse. Aos defensores de tal crença, Carr deu o nome de Utópicos. Em contraposição a estas práticas, o autor designa uma corrente que receberá o nome de Realismo.

*“A antítese de utopia e realidade também coincide com a antítese teoria-prática. O utópico torna a teoria política uma norma a que a prática política tem de ajustar-se. O realista vê a teoria política como um tipo de codificação da prática política.”*¹²

Em linhas gerais, o autor do “Vinte Anos de Crise” designa a corrente Realista através de quatro pontos principais. Primeiro, os realistas colocam ênfase na aceitação dos fatos e na análise das causas e consequências. Segundo, os realistas tendem a depreciar o papel do objetivo - o pensamento não pode alterar os eventos estudados. Terceiro, no campo da ação, os realistas enfatizam o poder das forças atuantes e o caráter inevitável das tendências existentes. Quarto, e

se imagina e com argumentos muito mais plurais do que se costuma, grosseiramente, supor. “The postwar abridgement of Carr’s already quite slim inventory of inter-war utopians has created the impression that they were either (i) few in number, or (ii) so uniform in their outlook that analysis of the school requires little more than an examination of two or three of its prominent members. Both of these impressions are questionable.” (idem, p 15)

¹² Carr. Vinte Anos de Crise. pg. 24

último, os realistas consideram que a mais alta sabedoria é aceitar essas forças e tendências.

Esta visão realista irá tratar a realidade como produto histórico de um jogo de forças em que o mais forte sempre consegue impor suas verdades e, conseqüentemente, produzir o *status quo* através da legitimação de determinados valores de seu interesse.

Ao contrário da visão Utópica, os realistas não acreditam na existência de valores *per si*, não compartilham a crença na possibilidade de uma adesão mundial a critérios de convivência supostamente neutros e, até mesmo na questão dos direitos, desvinculam qualquer tentativa de legitimação destes à existência de algo que não seja a coerção e possibilidade de, em último caso, uso de sanções através da força¹³.

No campo das Relações Internacionais, mais especificamente, isto significa que, para os realistas, a Harmonia de Interesses seria uma falácia e refletiria simplesmente a adesão de setores mais fracos a interesses de classes ou grupos dominantes sob a égide de uma suposta - e inexistente - comunhão de objetivos. O próprio Internacionalismo seria uma forma de se tentar a harmonização destes interesses através de conceitos abstratos, sem nenhuma referência concreta à existência de reais objetivos compartilhados de maneira neutra.

Assim, o Utópico descreve o cenário mundial como um terreno fértil para a existência de valores compartilhados, enfatizando a mutualidade dos

¹³ Carr acaba fazendo uma teia de relações através da dicotomia das idéias realistas e utópicas. No primeiro campo estaria tudo aquilo ligado ao que é mais conservador, burocratizado, determinista e de direita. Já no

ganhos através da harmonia dos interesses entre atores internacionais e acreditando na necessidade da paz como principal argumento para a eficácia da sua própria busca. Já o realista descreveria esta situação do mundo como o resultado cristalizado de uma luta histórica de interesses entre atores internacionais, cuja fachada da harmonia e/ou adesão a determinados valores esconderia uma verdadeira rede de dominação cujos objetivos particulares seriam revestidos de um suposto caráter abstrato com o intuito de legitimar a relação de luta e imposição que prevalece em qualquer relação.

*“O realista, portanto, ao contrário do intuitivo, tem uma resposta perfeitamente racional à questão de por que o indivíduo deve submeter-se. Ele deve submeter-se porque, caso contrário, o mais forte o obrigará; e os resultados desta ação compulsória são muito mais desagradáveis que os da submissão voluntária. A obrigação deriva, portanto, de um tipo de ética espúria, baseada na razoabilidade de reconhecer que poder é direito.”*¹⁴

A partir destes pressupostos filosóficos, é possível elaborar uma visão das Relações Internacionais formada a partir de determinados elementos específicos. Nasce, assim, a corrente Realista no seu sentido clássico.

segundo campo, tudo o que é radical, teórico, propenso a acreditar na livre vontade e voltado mais para a esquerda

¹⁴ Carr. Vinte Anos de Crise. pp. 51-52

2.4 - Morgenthau e o Desenvolvimento do Realismo Clássico

Uma vez instituído o debate entre realistas e utópicos, Hans Morgenthau, na década de 40, irá se ocupar de aprofundar os pressupostos da lógica realista. Em sua obra "Politics Among Nations", o autor explicita os seis princípios filosóficos que irão nortear esta corrente.

Primeiro, o Realismo é governado por leis objetivas e tem raízes na Natureza Humana. Para Morgenthau, existe uma objetividade nas leis da política. A partir desta objetividade, torna-se possível desenvolver teorias racionalistas sobre estas leis que, apesar de não refletirem de modo perfeito a realidade, podem ser instrumentalizadas para melhor compreendermos as Relações Internacionais. Na política, é possível discernir entre o que é verdade e o que é mera opinião. De um lado, o objetivo, racional e factual, de outro, apenas juízos subjetivos embasados por preconceitos e desejos. Toda teoria que se quer racional, deve optar pelo primeiro grupo e, quando pronta, passar pelo teste da razão e o da experiência. Somente a racionalidade desvinculada de paixão reflete, minimamente, as leis gerais que regem a política e, somente a experiência, pode proporcionar a certeza desta racionalidade através da comprovação das hipóteses.

O autor, entretanto, chama a atenção para que não se confunda a necessidade da experiência histórica na validação de determinada teoria com a legitimidade desta medida em parâmetros cronológicos. O fato de determinada

teoria ter sido criada há mais ou menos tempo, em nada contribui para aumentar ou diminuir sua veracidade. Como as leis da política são embasadas na natureza humana, a realidade das mesmas não se modificou desde o início da nossa história, o que faz com que tudo que se diga a respeito delas poder ser falso, ou não, independente da época em que o discurso é produzido.

“Refutar uma tal teoria, porque ela se desenvolveu nos séculos passados, não oferece um argumento racional, mas um preconceito modernista, que considera pacífica a superioridade do presente sobre o passado. Conceber o renascimento de uma tal teoria, como uma moda ou uma teimosia, equivale a supor que em matéria de política nós podemos ter opiniões, mas não verdades.” (tradução nossa)¹⁵

Segundo, se a política é regida por leis gerais imutáveis, embasadas na própria natureza do Homem, também é possível destacar um fio condutor da ação humana quando efetivada dentro desta esfera. E é justamente o conceito de interesse, definido em termos de poder, que Morgenthau destaca como sendo o marco indicador que orienta a política internacional.

Este tipo de característica dos objetivos políticos, não somente permite distinguir entre fatos políticos e fatos não políticos como, também, torna possível compreender a política internacional, de maneira racional, independente da época, Estado ou ator que a produz. O interesse definido em termos de poder torna-se o fator invariável de todo ato político externo gerando

¹⁵ Morgenthau. Politics Among Nations. pg. 4

a própria caracterização do político, como também, viabilizando sua compreensão em termos racionais.

De acordo com o autor, uma teoria da Relações Internacionais não pode se ater à mera análise dos Homens de Estado. É preciso se perguntar qual o mote orientador de toda relação política externa. Somente assim, é que podemos desenvolver teorias sobre o mundo político sem abrir mão da disciplina intelectual. O interesse definido em termos de poder é o *continuum* capaz de evitar dois erros correntes: a análise superficial que se atém ao interesse pelos motivos e/ou aquela que se interessa pelas preferências ideológicas.

Para Morgenthau, os motivos dos Homens de Estado são os dados psicológicos mais ilusórios que se tem. Pensar o porquê de determinada ação do ator político através dos supostos motivos que o levaram àquilo, seria ignorar este *continuum* que permeia as Relações Internacionais. O máximo que se consegue, assim, é visualizar a orientação das políticas externas, mas não predizer qual será esta mesma .

“Procurar exclusivamente a chave da política externa nos motivos dos homens de Estado é, ao mesmo tempo, inútil e enganoso. É inútil porque os motivos são os mais ilusórios dos dados psicológicos, deformados como são, frequentemente irreconhecíveis, pelos interesses e os sentimentos do ator e do observador. Conhecemos verdadeiramente os nossos próprios motivos? E que sabemos nós dos motivos dos outros?” (tradução nossa) ¹⁶

¹⁶ Morgenthau. *Politics Among Nations* . pp.5-6.

O autor chama a atenção para o fato de que a história não mostra correlação entre natureza dos motivos e natureza da política externa. Os motivos que levam determinado ator internacional a optar por esta ou aquela linha de conduta, não nos leva a compreender a natureza da própria decisão e, muito menos, nos indica a possibilidade de sucesso destas ações. O que os estudiosos devem destacar é a capacidade que estes Homens de Estado têm para compreender os elementos essenciais da política e, conseqüentemente, sua habilidade para transformar em ação esta sua compreensão da essência.

Na política, portanto, é preciso separar o desejável (aspirações pessoais) do possível (o que realmente tem que ser feito). Mesmo em determinadas situações políticas, nas quais a racionalidade é deixada de lado devido ao forte envolvimento de emoções momentâneas, (situações democráticas, por exemplo), a essência continua a existir garantindo um mínimo de racionalidade que possibilita a análise teórica da mesma. A metáfora usada por Morgenthau é a diferença entre uma fotografia e um retrato pintado. Enquanto a fotografia revela o mesmo que os olhos humanos, o retrato pintado desfigura a essência oculta ao olhar do leigo. O intento de todo estudioso das Relações Internacionais deveria ser o de mostrar a verdadeira essência do fazer política externa, colocá-la acessível aos olhares informais para deixar claro o que perpassa a aparente ilusão dos motivos individuais e imediatos.

“A diferença entre a política internacional, como ela realmente é, e uma teoria racional derivada dessa política é semelhante à diferença que existe entre um;a fotografia e um retrato pintado. A fotografia mostra tudo o que pode ser visto a olho nu; o retrato pintado não mostra tudo o que pode ser visto a olho nu, mas mostra, ou pelo menos procura mostrar, uma coisa que a olho nu não se pode ver: a essência humana da pessoa retratada. (...) O realismo político gostaria que a fotografia do mundo político se assemelhasse o mais possível ao seu retrato pintado.” (tradução nossa) ¹⁷

Como terceiro ponto, a necessidade de se esclarecer que este interesse definido como poder não vem de um significado fixado eternamente. Circunstâncias de tempo e lugar não afetam o que é essência no fazer política, o que muda é somente o que seja o interesse em determinados contextos. Dependendo do ambiente político e cultural que se analisa, pode-se vislumbrar determinados tipos de interesses perseguidos, o que não os vincula a nenhum tipo de padrão atemporal. A atual ligação que existe entre os Estados-Nações e o interesse político é tão somente um contexto histórico que não legitima qualquer idéia no sentido de considerá-lo como eterno. Qualquer tipo de mudança no mundo, só se efetiva de maneira concreta quando há uma manipulação das forças perpétuas encontradas no passado, presente e futuro. Não há mudança significativa a partir de ideais abstratos.

Quarto, não é objetivo do realismo conceder *status* de aceitação moral dos atos políticos em um nível superior ao atual e, muito menos, rebaixar a

¹⁷ Morgenthau. *Politics Among Nations*. pg. 10

importância das leis morais. O intuito da separação entre as esferas da moral e da política é, justamente, possibilitar julgamentos independentes sem que um campo, necessariamente, esteja subordinado ao outro. Claro que os princípios universais da moral podem e devem, ainda, servir de base para o agir político. Entretanto, somente o indivíduo e não o Homem de Estado tem legitimidade para sacrificar o sucesso da ação política em nome destes princípios.

“O indivíduo pode dizer a si próprio: ‘Fiat justitia, pereat mundus’ (‘que seja feita justiça mesmo que o mundo pereça’), mas o Estado não tem direito de dizê-lo em nome daqueles por quem é responsável.” (tradução nossa) ¹⁸

A prudência deve ser o condutor do agir político, pois, na ética da política, somente as consequências podem servir de paradigma para os atos. Segundo Morgenthau, não se pode balizar as políticas externas usando como parâmetro a conformidade, ou não, a ideais morais.

Em quinto lugar, o autor chama a atenção para que não se confunda as aspirações morais de determinadas Nações específicas com as leis morais que regem o Universo. Assim como a aceitação e estudo de leis gerais nas políticas externas diferencia verdade de opinião, o conceito de interesse definido como poder ajuda a separar verdade de idolatria. Se o *continuum* das Relações Internacionais é este interesse como poder, é claro que cada Nação terá o seu

¹⁸ Morgenthau. *Politics Among Nations*. pg. 12

próprio interesse que, dificilmente, irá ao encontro dos interesses das demais Nações.

A maneira mais justa de lidar com esta tensão seria assumi-la em todas suas consequências e aceitar que ideais almejados por determinado seguimento do mundo são, na verdade, produtos de uma perspectiva específica que os criam. Esta visão de interesses plurais e vinculados à situações específicas leva ao respeito dos interesses alheios e, simultaneamente, legitima a luta pelos próprios interesses.

“(...) é exatamente o conceito de interesse definido em termos de poder, que evita tanto o excesso moral quanto a demência política. De fato, se nós considerarmos todas as nações, incluindo a nossa, como entidades políticas que perseguem os seus respectivos interesses, definidos em termos de poder, somos capazes de fazer justiça a todos num duplo sentido: somos capazes de julgar as outras nações como julgamos a nossa e, agindo desta maneira, podemos conduzir uma política que respeite os interesses das outras nações, protegendo e promovendo, ao mesmo tempo, os interesses da nossa. A moderação em política não pode deixar de refletir a moderação do juízo moral.” (tradução nossa) ¹⁹

Como sexto e último ponto, Morgenthau ressalta a singularidade da escola realista em relação às demais escolas teóricas das Relações Internacionais. O objetivo dos realistas não seria o de ignorar as demais dimensões e modos de pensar das esferas da vida humana. A função da escola

¹⁹ Morgenthau. *Politics Among Nations*. pg. 13

de Morgenthau seria, somente, ressaltar a independência do pensar político sem, entretanto, anular demais dimensões do Ser Humano.

Se a política deve ser estudada através dos interesse definido em termos de poder, qualquer outra abordagem que insista em ressaltar um lado legalista e/ou moralista das Relações Internacionais estaria incorrendo em erro, pois esta esfera pertence ao direito ou à moral e não à política essencialmente. Concluindo, ser realista é ser pluralista. Desvincula-se o pensar e fazer política dos demais campos de ação sem, necessariamente, rejeitá-los para outros fins, desde que não seja a própria política.

2.5 - Elementos do Realismo Clássico

Apesar de partir de pressupostos filosóficos e metafísicos, o realismo acaba por se desenvolver e servir de base para a criação de todo um aparato analítico que passa a ser usado como instrumento de explicação das Relações Internacionais. O realismo, principalmente a partir de Morgenthau, deixa de se ater à sua fundação enquanto contraponto ao idealismo e até mesmo enquanto doutrina meramente metafísica e passa a cristalizar um paradigma de análise das políticas externas embasado em pontos mais concretos porém, inerentes às idéias iniciais desta escola.

A partir de Westfália, os Estados Nacionais passaram a representar papel de destaque nos assuntos internacionais. Considerando-os, ou não, como sendo os principais atores nesta relação - dependendo da corrente teórica - o fato é que sua importância, mesmo que relativizada, não pode ser negada.

A corrente Realista não somente destaca a importância da unidade Estatal, como os considera como principais atores em Relações Internacionais. Apesar de considerar a existência de demais instâncias que podem afetar as decisões neste campo da política, o que importa é a exclusividade com que os Estados, na ótica realista, condensam em si as decisões tomadas no seu interior. Por mais que se admita a presença de pressões não-estatais nos processos decisórios, é somente através dos Estados que estas poderão se concretizar no campo internacional.

“Atores não estatais, tais como corporações multinacionais e outras organizações transnacionais são decididamente menos importante. Organizações internacionais, como as Nações Unidas ou a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), não têm permanecido independentes, porque são compostas de estados soberanos, independentes ou autônomos que determinam o que estas organizações internacionais irão fazer. Em resumo, para o realismo o foco está nas relações estatais ou inter – estatais (ou internacionais)” ²⁰ (tradução nossa)

Mas, para que os Estados possam assumir este papel de atores principais nas RIs, mais duas características devem ser acrescentadas aos mesmos.

Primeiro, os Estados, para os realistas, são considerados atores unitários. Em outras palavras, apesar das divergências no processo de tomada de decisões dentro das burocracias estatais, ou até mesmo através de agentes não-estatais, o Estado, ainda assim, possui papel aglutinador destas tensões e o resultado final representa uma unidade decisória daquele processo. As tendências contrárias que não conseguiram se impor sobre as demais visões durante o processo, ao final, são anuladas em prol desta unidade decisória.

Segundo, os Estados, além de serem considerados agentes unitários e principais atores nas Relações Internacionais, apresentam também, em suas decisões, a característica da racionalidade. Justamente pelo fato destes atores aglutinarem de maneira unitária as divergências e paradoxos presentes no

²⁰ Viotti; Kauppi. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism*. pg. 35

processo de decisão, é que o resultado final busca sempre adaptar suas ações aos objetivos almejados.

De maneira geral, pode-se falar, portanto, que a ontologia do indivíduo, enquanto ator primordial e racional, desenvolvida desde os tratados contratualistas, é transferida para o papel do Estado, que assume as mesmas características e, na visão realista, relaciona-se com os demais Estados como em uma relação entre pessoas que ainda não vivem sob uma autoridade comum.

Justamente pelo fato dos Estados, atores primordiais das RIs, serem racionais e unitários é que o cenário internacional apresentado pela corrente realista é melhor definido pela anarquia entre os mesmos. Para esta corrente de pensamento, a falta de uma autoridade mundial e a busca por objetivos individuais levam os Estados a uma hierarquização de suas prioridades tendo como principal meta a busca pela segurança nacional. Somente após ter garantido minimamente a própria sobrevivência, é que as ações estatais podem se estender a outros objetivos.

A falta de uma autoridade reguladora destes atores pressupõe que o mais racional seja a desconfiança alheia e, conseqüente precaução contra possíveis ataques à tranquilidade, ordem e unidade nacionais. Esta perspectiva, quando estendida a todos os Estados, acaba, inevitavelmente, gerando uma situação de incerteza e anarquia na qual as possibilidades de cooperação mútua, apesar de não se anularem, tornam-se, pelo menos, dificultadas.

“Quando nós usamos o termo anarquia, nós estamos nos referindo à ausência de qualquer hierarquia ou autoridade. Há hierarquia de poder nas relações internacionais, mas não há hierarquia de autoridade. Alguns Estados são claramente mais poderosos que outros, mas não há o reconhecimento superior a qualquer Estado .”²¹ (tradução nossa)

Esta situação entre os Estados gera, necessariamente, algumas consequências dentro das Relações Internacionais. Dentre elas pode-se destacar: uma balança de poder²² entre as Nações diretamente relacionada com a capacidade de cada ator em gerar prejuízo aos demais, ou seja, o equilíbrio produzido a partir do medo recíproco e do cálculo racional do quanto determinadas ações podem se efetivar e quais serão as prováveis reações à elas. Alguns autores enfatizam o papel de um mundo bipolar no alcance deste equilíbrio, outros já ligam a necessidade de multipolaridade na produção desta situação. A questão é, independente do número de atores envolvidos no sustento desta “paz forçada”, o que irá gerá-la será sempre o medo ou previsibilidade de respostas desfavoráveis colocando os Estados numa situação de não-agressão mútua e, conseqüentemente, de convivência harmônica.

Outra consequência seria a busca pela maximização da auto-suficiência estatal como sinônimo de segurança. Se não é possível falar de uma autoridade

²¹ Morgenthau. *Politics Among Nations*. pg. 48

²² Apesar do termo “balança de poder” ser usado com diferentes conotações, dependendo da escola teórica, Morgenthau a definirá, para o realismo clássico, através de quatro pontos: “(1) a policy aimed at a certain state of affairs; (2) na objective or actual state of affairs; (3) na approximately equal distribution of power, as when a balance of power exists between the United States and the Soviet Union; na (4) any distribution of power including a preponderance of power, as when the balance of power shifts in favor of either superpower.” In Viotti P., Kauppi M. *International Relations Theory – Realism, Pluralism, Globalism* Macmillan Publishing Company, 2 ed, NY, 1993

entre as Nações, e o que impera é a anarquia nas Políticas externas, claro que, quanto mais determinado Estado depende de outros, em qualquer tipo de recurso, mais vulnerável está no contexto internacional. Assim, a dependência destes atores globais significa, pela visão realista, vulnerabilidade. A busca pelo interesse enquanto poder e a expansão de suas capacidades está diretamente relacionada a um aumento de independência e, de maneira simultânea, de capacidade defensiva.

“ Para os realistas, a interdependência não é necessariamente algo bom. Mais do que ser uma relação simétrica entre partes iguais – que é como muitas pessoas percebem este termo – interdependência é, na argumentação realista, normalmente dominação – dependência com a parte dependente particularmente vulnerável às escolhas da parte dominante. Interdependência não significa iguadade. Interdependência denota algum grau de vulnerabilidade de uma parte em relação à outra .” ²³ (tradução nossa)

Enfim, é possível vislumbrar a coerência que permeia as escola realistas nestes últimos pressupostos apresentados. Se o ‘*continuum*’ de toda política externa é a busca de interesse enquanto poder e, se a atual conjuntura histórica mundial coloca os Estados como protagonistas das Relações Internacionais, nada mais natural que considerar a anarquia como metáfora adequada à relação entre os mesmos. Também é compreensível que, em um ambiente

²³ Viotti; Kauppi. *International Relations Theory: Realismo, Pluralism, Globalism*. pp. 55-56

anárquico, a busca por segurança seja prioridade e que somente um equilíbrio de forças seja capaz de gerar uma situação harmônica, mesmo que provisória.

O realismo nasce, assim, de um debate em que a preocupação principal era exigir uma maior aceitação das regras da política externa, independente do desejo de paz entre as Nações. Desenvolve-se a partir de pressupostos filosóficos que colocam o interesse enquanto poder como mote incondicional de toda política externa e acaba instrumentalizando um arcabouço de pressupostos metodológicos no campo das Relações Internacionais que privilegiam a análise dos fatos em termos de luta pela imposição de interesses e garantia de segurança dos Estados entre si.

III- A TEORIA NIETZSCHEANA

Nietzsche foi um pensador que dedicou sua obra à destruição dos valores mais caros ao pensamento moderno²⁴. Crítico do homem e da cultura moderna, desdenhava o que ele chamava de inversão dos valores de uma sociedade degenerada pelo socratismo e pela religião cristã, na qual se estabeleceu um domínio dos mais fracos.

O pensamento moderno, segundo Petersen²⁵, giraria em torno de três suposições fundamentais:

1 - da ontologia harmoniosa ou monismo, ou seja, a possibilidade de se ver o mundo como ele é. Assim , a diversidade empírica do mundo é reduzida a um

²⁴ Segundo Krishan Kumar, a modernidade é um conceito de contrastes, se constituindo pelo que busca negar ou afirmar. É, portanto, um conceito que admite múltiplos significados. Santo Agostinho, no século V, d.c., usava a palavra *modernus* para rejeitar o paganismo e expressar o início de uma nova era cristã. Já os pensadores do Renascimento o usaram para distinguir entre estados e sociedades antigos e modernos. Mas, foi com o Iluminismo que a sociedade ocidental passou a ser sinônimo de sociedade moderna. E esta é uma sociedade industrial, científica, que valoriza o campo econômico e na qual dominam, no campo da filosofia, o racionalismo e o utilitarismo e na política, o Estado- Nação.

²⁵ Breathing Nietzsche's Air.

único princípio. O conhecimento aqui busca resolver e mesmo controlar a diversidade, a incerteza e o conflito;

2- desde Descartes, o pensamento moderno tem uma tendência a identificar o “centro”, os fundamentos com o próprio homem. Como diria Heidegger²⁶, a Idade Moderna é a idade da subjetividade. Entretanto, este indivíduo não é um ser concreto, localizado no espaço e no tempo, histórico, mas é um sujeito universal, capaz de transformar a natureza e os desejos naturais de acordo com as leis da razão;

3- a partir das duas suposições anteriores, temos a negação implícita ou explícita que o homem é um ser histórico e, portanto, finito.

No pensamento moderno, portanto, a noção de Deus tem uma centralidade marcante. Em Deus, o homem encontra sua unidade, sendo infinito e universal, fora do tempo e do espaço.

Assim, a certeza do Criador constrói um mundo de verdades, de segurança e de identidade. Em contraposição, a morte de Deus anunciada por Nietzsche traz consigo o “nascimento da alma mortal”²⁷, a recuperação do homem histórico. Os dilemas do mundo empírico não podem mais ser respondidos pela figura do Ser Superior:

²⁶ citado em Petersen. *Breathing Nietzsche's Air*

²⁷ Nietzsche citado em Petersen. *Breathing Nietzsche's Air*.

“A Morte de Deus significa a morte da crença na possibilidade de postular a existência de uma ontologia monística e harmoniosa, e então nega ao pensamento moderno o acesso ao recurso metafísico com o qual sempre contou , conscientemente ou inconscientemente, de negociar com sucesso os dilemas e as incertezas da existência empírica do homem”²⁸. (tradução nossa)

Mas o que seria a Morte de Deus anunciada por Nietzsche?

²⁸ Petersen. *Breathing Nietzsche's Air*. pg. 89

3.1 - A MORTE DE DEUS

3.1.1 - O Conceito nietzscheano

" Deus morreu, sua compaixão para com os homens que o matou "

Zaratustra²⁹

De acordo com Nietzsche, Deus morreu sufocado pela compaixão - nós o matamos na passagem do Antigo para o Novo Testamento.

O Deus do Antigo Testamento era um ser ríspido e vingativo, assemelhando-se a um pai rigoroso. Entretanto, no Novo Testamento, encontramos uma figura branda e compassiva, mais próxima de uma avó decrépita que de um pai. Enquanto o primeiro refletia a imagem do homem, seus defeitos e paixões, o segundo é seu reflexo invertido, nossa negação. Deus é um ser que envelheceu, perdeu sua potência, trocando-a pela resignação e a compaixão para com seus filhos.

Assim, como objeto de devoção, nós substituímos uma imagem quase humana por uma que representa nossa própria impotência, que é tudo aquilo que não conseguimos ser. Adoramos aquele que apregoa os valores da Moral

²⁹ Nietzsche. Assim falava Zaratustra. pg. 67

do Escravo³⁰, uma visão derrotada do homem a respeito de si mesmo; um Deus que diz que vale a pena sofrer e promete o paraíso além da Terra e a justiça divina.

É importante ressaltar que Nietzsche não combate, de um modo geral, os valores metafísicos ou sobrenaturais³¹, que ele reconhece como necessários à nossa própria sobrevivência, mas apenas alguns específicos - aqueles que impedem o desenvolvimento do homem, o surgimento do Übermensch³² e de sua Moral do Senhor³³. O problema não estaria, portanto, na religião por si mesma, mas em religiões determinadas que apresentam uma visão impotente do homem, fracassada e derrotista. E é por essa razão que Nietzsche tanto critica o cristianismo, o principal responsável pela disseminação do Deus fracassado do Novo Testamento.

³⁰ De acordo com Nietzsche, houve uma época, pré-histórica, na qual as ações humanas eram julgadas a posteriori, ou seja, pelas suas consequências ou resultados. É uma época pré-moral, na qual o valor da ação independe da intenção de seu autor. Hoje, entretanto, as ações são julgadas justamente por estas intenções, independente de seus resultados. O julgamento hoje é, portanto, apriorístico. Possui Moral do Escravo aquele que adota este último tipo de julgamento, se pautando pelas noções de bem e mal, como se existissem valores bons e maus por si próprios. A natureza de quem tem esta Moral é de subserviência, contentando-se em servir e obedecer.

³¹ Basta lembrar a admiração que Nietzsche tinha pelo budismo - uma religião "além do bem e do mal" - e pela religiosidade grega, politeísta, e seus deuses "humanos". Deuses estes que não estariam acima, mas ao lado do homem, servindo como modelo da possibilidade de expansão da potência humana.

³² O Übermensch é a superação do ser humano, um estágio superior da humanidade, o que não significa a adoção de uma idéia evolucionista. Nietzsche não diz como este ser é, sendo bem raras suas descrições. O autor prefere dizer o que ele não é, fazendo uma construção por meio de negações. De qualquer modo, antes de ser um tipo específico, o Übermensch é uma condição do devir humano, sendo o Ser Humano uma ponte, uma passagem entre ele e o animal.

³³ vide nota 30. A Moral do Escravo e a Moral do Senhor não são necessariamente excludentes, podendo coexistir em um indivíduo. O que vai determinar a natureza do homem é o tipo de moral predominante. Na Moral do Senhor o que prevalece é a lógica pré-histórica, na qual as ações são julgadas pelas noções de bom e mau. É um julgamento a posteriori, pelas consequências da ação e não intenções do autor. Quem possui esta moral, nasce para governar e liderar, sendo um homem superior, de espírito livre. Em alguns casos, quando se reconhece esta moral no autor, antes da realização da ação, esta fica isenta de avaliação pelos resultados. Basta ser quem o autor é para que a ação se torne digna.

Aliás, a própria origem da religião cristã remonta a uma história de fracasso. O cristianismo teria surgido da necessidade de autopreservação de pequenas famílias judaicas, que construíram uma filosofia que ajudasse na sua sobrevivência. Depois, valores específicos do judaísmo, como pobreza, humildade, complacência e compaixão, foram apossados pela plebe como meio de afirmação social.

O grande "problema" da plebe não estaria, assim, na sua falta de potência, pois que esta é intrínseca ao homem, mas na descrença em si mesma, no pacto mútuo de autoconservação. Pacto este que fez da miséria nossa condição humana - somos todos pecadores neste mundo, perante um ser superior. Ser este que é onipresente, onipotente e onisciente, exigindo obediência a suas prescrições e, em troca, oferecendo um paraíso pós-morte para os não pecadores.

Todos os nossos fracassos e sucessos passam, então, a ser justificados através de crenças metafísicas, como desígnios de uma vontade superior. Mais do que a necessidade de crença em algo desconhecido, o Ser Superior passa a ser um mecanismo de justificação de nossa condição. E com esta atitude, o Homem Superior, aquele que possui a Moral do Senhor, não pode coadunar. Cabe a este Homem lutar contra a "infelicidade", chamando para a si a responsabilidade pela consequência de seus atos e não se submetendo a nenhum deus ou, como diria Zaratustra³¹, que este, ao menos, seja uma pessoa.

³¹ Nietzsche. Assim Falava Zaratustra.

Deste modo, o cristianismo é, para Nietzsche, uma religião decadente, que impede o pleno desenvolvimento das potencialidades humana, podendo ser classificada como niilista negativa passiva. Negativa, uma vez que percebe o mundo como terreno infértil para expansão da potência humana e passiva, ao pregar a resignação nesta vida e a espera por um mundo pós-morte, já que as mudanças independem de nossos atos.

Podemos apontar como sintomas desta decadência³⁵:

- 1 - o cristianismo transforma em doença tudo o que a filosofia nietzscheana percebe como saúde da alma - altivez, confiança de si, orgulho próprio;
- 2 - é uma religião que vê com reservas as aspirações e as paixões violentas, catalisadoras da expansão da potência humana;
- 3- considera como indesejável tudo o que representa perigo para o homem e que, para Nietzsche, seria necessário para o crescimento deste;
- 4- constrói um modelo de homem, cujas principais virtudes são a atitude pacífica, inofensiva, resignada, complacente, tomado de compaixão e do desejo de humildade.

³⁵ Nietzsche. Vontade de Potência. pg. 132.

Entretanto, devemos lembrar que o cristianismo ao qual Nietzsche se refere é o moderno, que exalta apenas parte dos valores cristãos, que se apega apenas ao Novo Testamento, se afastando da essência original, do verdadeiro espírito desta religião. E esta é uma religião dos fracos³⁶, que procura fazer de todos irmãos de miséria, que nivela por baixo, que se torna instrumento de sobrevivência da plebe.

"Perante Deus todas as 'almas' são iguais: eis aqui a mais perigosa de todas as apreciações possíveis. Ao colocarem os indivíduos no mesmo nível, põem a espécie em jogo e favorecem um processo que redundará na ruína da espécie: o cristianismo é a contraposição ao princípio seletivo. O degenerado e o docente (o 'cristão') devem ter o mesmo valor que o homem saudável (o "pagão"³⁷).

Ao oferecer o paraíso e a salvação, o cristianismo e seu Deus decadente se distanciaram das coisas mundanas e cometeram o maior de seus "pecados", a negação do mundo "real"³⁸.

Em um primeiro estágio da vida religiosa do homem, vidas humanas eram sacrificadas em nome de deuses que nós mesmo criamos; em um segundo, sacrificamos nossa potência em nome de um Deus que é a representação de nossa própria impotência. É chegada a hora de um terceiro estágio, que permitirá a expansão das potencialidades do homem, tornando o

³⁶ Forte x fraco, superior x medíocre são valorações que dependem da natureza dos homens - se é uma natureza de liderança e busca da expansão máxima de suas potências ou de obediência e expansão mínima.

³⁷ Nietzsche, *Vontade de Potência*, pp. 154-155

terreno fértil ao advento do Übermensch - o sacrifício do Deus Cristão. É preciso matar também este Deus, sacrificá-lo ao nada, pois somente sua morte permitirá o advento de um nova era .

A superação do culto à nossa impotência - *A Morte de Deus*.

³⁸ Real aqui entendido como terreno, humano, e não mundo verdade.

3.1.2 - A Morte de Deus e suas consequências metafísicas

A Morte de Deus, deste modo, traz consigo o colapso da certeza metafísica do pensamento moderno. O homem é jogado de volta no mundo "real"³⁹, o único existente, e, conseqüentemente, está sozinho - um homem vivendo perigosamente entre homens. Ao invés da tranquilidade e da certeza, o sentimento de solidão, incerteza, conflito e insegurança que definem sua existência empírica.

Se o princípio metafísico de Deus e seu mundo de verdades e certezas foi destruído, faz-se necessário um novo princípio que possa responder as questões colocadas por nossa vivência cotidiana, tornando nossa existência inteligível e, ao mesmo tempo, evitar um mergulho no niilismo⁴⁰.

Entretanto, se de um lado partimos de uma concepção do mundo como um campo de transformação, contingências, de incertezas, no qual a universalidade e a identidade são dissolvidos na particularidade e na diferença, por outro, nos deparamos com uma experiência cotidiana

³⁹ vide nota 38

⁴⁰ O niilismo seria, segundo Nietzsche, a negação indiscriminada de todos os valores, quando, finalmente, se constata que a humanidade não tem um fim último a alcançar e que o mundo construído pelo conhecimento se baseia em valores, arbitrários e históricos, que representam um ponto de vista dominante. No caso do mundo Ocidental, dos valores dos fracos. O que Nietzsche, na verdade, critica não é o niilismo, mas um determinado tipo de niilismo, o vulgar, que nega por negar. O verdadeiro niilismo seria aquele que além de negar, busca transformar o mundo, invertendo a hierarquia de valores, a chamada transvaloração dos valores. O niilismo é, portanto, um passo necessário na autossuperação do homem, mas não basta a simples negação dos valores, sendo necessário negar para, então, construir.

determinada, não cáptica. O que se coloca aqui, então, é que o mundo está em constante fluxo e mutação, mas que isto não significa arbitrariedade.

Nietzsche buscou resolver esta aparente contradição entre pensamento e experiência através dos conceitos de perspectivismo e Vontade de Potência.

O Perspectivismo

Segundo Nietzsche, todos nós precisamos de unidades, embora isto seja algo que não exista. Em busca de um sentimento de tranquilidade, o homem procura uma causa para todo acontecimento, criando uma noção artificial de sujeito e de objeto e estabelecendo uma relação de causa e efeito entre eles, gerando, assim, um mundo pacífico e seguro, passível de controle e do conhecimento de seus mecanismos.

Deste modo, a unidade que experimentamos nada mais é que o resultado da atividade da mente humana, pelo mecanismo da identificação do não idêntico. O próprio conceito de humanidade seria um exemplo desta criação artificial do uno. A humanidade nada mais é que um conceito criado para tentar igualar os indivíduos e dar uma falsa idéia de unidade, rumo a um objetivo comum.

Se para Kant a experiência é universal, uma vez que se fundamenta na estrutura inutável da natureza humana, em Nietzsche não há experiência, mas

uma determinada experiência. O que Nietzsche quer dizer é que o mundo apenas poder ser conhecido através de nossos sentidos, e, conseqüentemente, todo conhecimento é subjetivo, todo saber é histórico e humano.

Assim, o mundo sempre é visto de determinado lugar, de determinado ponto e não há uma visão *a priori* mais privilegiada - é o perspectivismo, que vem contrapor uma concepção pluralista do mundo à visão monista da metafísica moderna.

Entretanto, este pluralismo não quer dizer, necessariamente, uma coexistência pacífica das verdades. O que se quer colocar, é que as verdades não têm uma existência própria, elas são individuais, nominais, o que não anula a necessidade de se tentar impô-las⁴¹. Ou seja, não há um mundo verdade, apenas interpretações e representações da realidade, o chamado mundo aparência, fundadas em valores arbitrários, a que Nietzsche denominou de linhas de força. No embate entre estas linhas, portanto, na luta para impor determinado ponto de vista, estas se anulam ou se completam, formando a noção de verdade e, conseqüentemente, de realidade. Assim, a verdade e a realidade nada mais são que uma determinada concepção de mundo que prevaleceu sobre as demais.

Nietzsche ainda ressalta que se para construir uma ordem é necessário que um ponto de vista domine, que seja o "meu", ou seja, faz parte da natureza

⁴¹ Aliás, segundo Nietzsche, é da essência do Homem Superior tentar imprimir sua realidade, invertendo a hierarquia de valores e instituindo a sua.

dos homens que se sabem superiores tentar impor seus valores, constituindo uma nova hierarquia. É necessário expandir a potência humana.

Chegamos, então, à Vontade de Potência.

A Vontade de Potência

Para solucionar a aparente contradição entre a teoria e a experiência, faz-se necessário um segundo passo rumo à construção de um novo princípio metafísico - a Vontade de Potência.

De acordo com Danto⁴², Vontade de Potência não é um sinônimo de fome por poder, ou seja, não é um mero problema de desejo individual de dominar os outros e subjugar as coisas. Não é, portanto, uma faculdade ou substância que causa nossas ações, não é algo que temos, mas algo que somos, que faz parte de nosso ser, pois como colocado por Nietzsche, não há um eu que deseja algo e outro que sofre as consequências deste desejo - sou, ao mesmo tempo, senhor e escravo da vontade, ela vem quando quer e não quando eu quero. As vontades só podem atuar sobre vontades, nunca sobre a matéria.

A Vontade de Potência é inata ao homem, e, em última análise, é a nossa vontade de viver, independente de qualquer motivação, de se superar, de ir

⁴² Citado em Petersen. *Breathing Nietzsche's Air*

além dos próprios limites. É a única coisa comum entre os homens, está presente em todos, embora se manifeste em cada um de modo diferente.

É esta Vontade de Potência é também uma vontade de dominação intrínseca ao ser humano, além de qualquer juízo de valor. É um princípio que totaliza sem reduzir, que torna o mundo inteligível para nós, através da construção da unidade, que nada mais é que *"a pattern of domination that signifies a unity, but is not a unity"*.⁴³

O homem tem, de acordo com Nietzsche, uma necessidade de tornar o mundo inteligível e, para tanto, precisa de uma explicação plausível para todo fenômeno que o cerca. Esta necessidade é a manifestação de nosso sentimento de potência, de vontade de dominar, tornando tudo possível de ser explicado, pois tudo tem uma causa. Por trás desta vontade de tudo conhecer, está a de não querer aceitar que a realidade não é totalmente plausível de explicações, o mundo não pode ser totalmente compreendido.

Portanto, o que Nietzsche cria através do conceito de Vontade de Potência é uma concepção de ordem, tornando a existência empírica inteligível por meio da construção de uma unidade neste mundo, sem remeter a nenhum ente superior. É a unidade construída através do estabelecimento de uma hierarquia de valores, que longe de ser algo natural, é uma construção humana e, conseqüentemente, histórica.

⁴³ Petersen. Op. cit. pg. 94

O grande exemplo que Nietzsche dá de Vontade de Potência é da Idade Trágica dos Gregos. Nesta época, a sociedade grega tinha uma interpretação mítica do mundo - o politeísmo, os deuses semi-humanos, a visão heróica das potencialidades humanas, tudo isto era elevado a categoria de conhecimento e tornado público por meio das grandes tragédias encenadas nos teatros.

A base desta civilização era o espírito dionisíaco, a valorização dos instintos. No lugar do mundo pacífico e seguro do homem moderno, que considera o perigo uma ameaça a sua sobrevivência, os gregos adotaram uma postura bélica diante da vida. Viver era a busca constante da auto-superação, a busca por glória e fama, tendo como parâmetros os homens heróicos.

Segundo Nietzsche, esta civilização teria entrado em decadência pela anarquia dos instintos. Em uma sociedade marcada por uma pluralidade intensa de linhas de forças, em choque constante, não havendo domínio de umas sobre as outras, estas se anularam, produzindo uma paralisia social, um marasmo. Fazia-se necessário, então, um remédio, uma força específica capaz de impor a ordem e redirecionar os instintos para um mesmo objetivo. O problema foi a solução adotada - a razão, ou melhor, o Império da Razão.

Como anteriormente discutido, é impossível, de acordo com Nietzsche, conhecer o mundo como ele é. Entre a concretude real e as interpretações dos homens, há a mediação dos sentidos humanos e de seus instintos. O que dá sentido ao mundo, portanto, são as interpretações que fazemos sobre o mesmo, por mais "fantasiosa" que seja. É uma necessidade do homem acreditar nas nossas próprias criações, faz parte de nosso instinto de conservação.

Entretanto, em alguns momentos da humanidade, um sistema de interpretação é eleito como o único legítimo. No período grego ao qual nos referimos, a razão se torna o único mediador aceitável na busca da compreensão do mundo. E com ela, temos a pretensão da crença na substância imutável das coisas, das interpretações inequívocas, de conhecer as "verdades". O que nos esquecemos, no entanto, é que a razão também é um sentido, apenas mais um deles e, assim, produz um conhecimento subjetivo.

A crença na substância das coisas, no mundo imutável, nas essências só é possível pela elevação da linguagem à categoria de verdade. Usamos incessantemente metáforas que, pelo uso contínuo ao longo do tempo, se transformaram em algo concreto, sólido. O que era apenas uma expressão do real se tornou a própria realidade. O mundo aparência sucumbiu ao mundo verdade, o que era semelhante tornou-se igual. Criou-se um mundo que privilegia a estabilidade em detrimento das diferenças e discontinuidades. A filosofia, como a ciência o fez, simplificou a nossa existência e tornou a razão um instrumento privilegiado, senão suficiente, de percepção do real.

"O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que

se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua effigie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas"⁴⁴.

É quem está na origem deste processo de reificação da razão? Sócrates e sua equação razão = virtude = felicidade. Acreditando ter encontrado um remédio para a decadência grega, Sócrates disseminou uma doença pior - o Império da Razão. Com ele, Dionísio cedeu seu lugar a Apolo. Ao invés de solucionar o problema da anarquia dos instintos, provocada pelo excesso concomitante de potências em expansão, Sócrates limitou a potencialidade humana.

A Vontade de Potência. O reconhecimento que a vida e o ser humano nada mais são que uma concatenação de linhas de força, em constante embate, na busca pelo domínio, pela imposição de determinada perspectiva.

A Vontade de Potência. Uma visão bélica da vida, uma recuperação do valor de nossos instintos e do deus Dionísio, um profundo instinto da vida, de vontade de viver.

"(...) eu, o último discípulo do filósofo Dionísio".⁴⁵

⁴⁴ Nietzsche . O Livro do Filósofo. pg.91

⁴⁵ Nietzsche . O Crepúsculo dos Ídolos. pg.111

IV - NIETZSCHE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1 - O POSITIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Não há dúvidas que o campo da teoria das Relações Internacionais tem sido dominado nos últimos 40 anos pelo paradigma positivista. Com exceção do debate entre behaviorismo e tradicionalismo, os demais não envolveram questões epistemológicas, aceitando, na verdade, implicitamente os pressupostos positivistas.

Porém, antes de tratarmos da especificidade do positivismo neste campo, devemos conceituar o que seja a filosofia positiva, que se tornou o sustentáculo da ciência, de um modo geral, a partir de meados do século XIX.

O termo filosofia positiva foi cunhado por Auguste Comte em sua "Filosofia Política" como modo de se contrapor ao que ele considerava filosofia negativa do Iluminismo.

Os filósofos iluministas, em sua ânsia de afirmar o indivíduo e consolidar os valores burgueses, buscavam destruir todas as instituições que pudessem constituir um entrave à liberdade individual. Para Comte, esta seria

uma filosofia negativa, uma vez que preocupava-se em destruir as instituições feudais, gerando a revolução uma sociedade de anarquia e caos.

Para ele, a fim de se restabelecer a ordem na sociedade, era necessário adotar uma atitude positiva perante o mundo, ou seja, ao invés de destruir, o ideal seria aperfeiçoar e estabilizar a ordem existente, impedindo um aprofundamento da revolução.

De viés conservador, o positivismo não só ajudou a construir uma nova ciência, a sociologia, como também entranhou-se na concepção de ciência de um modo geral, filosofia e realidade do mundo ocidental, não restando, por um longo tempo, outras alternativas.

Apesar de suas variações históricas, dos vários debates sobre método e da discussão sobre o conceito de verdade dentro do próprio positivismo, é possível visualizar uma constante que permeia estas nuances e apontar um elemento comum que constitui a base sobre a qual se desenvolve este modelo teórico: a crença na potência humana de criar, racionalmente, explicações que se aproximem de uma suposta realidade objetiva a ser conhecida.

O objetivo seria, então, não o de refletir fielmente esta realidade, mas de se aproximar o suficiente a ponto de gerar um controle sobre dada situação, através do conhecimento de certas regras constantes que regem o funcionamento do mundo, de leis gerais.

Assim, poderíamos apontar como características básicas do positivismo, o fato de que há uma crença na existência de uma realidade objetiva cujas características não dependem da existência de alguém que a interprete. Em

segundo lugar, da crença na potencialidade de indivíduos racionais para interpretar esta realidade, criando modelos, mesmo que parciais, que se aproximem da imagem do real. Por fim, da crença numa relação de causa/efeito entre eventos.

Os debates que viriam a ser travados dentro deste paradigma girariam mais em torno da relação entre os indivíduos e a realidade, que propriamente colocariam em xeque a existência destes dois elementos. Os limites a serem debatidos restringiriam-se às possibilidades de aproximação maior ou menor da suposta realidade; variáveis que influenciariam na prática de interpretação desta realidade (presença dos sentidos humanos na interpretação do real e fatores sócio/culturais que legitimariam ou não determinadas teorias em detrimento de outras); e, por fim, questões de método como, por exemplo, qual o melhor instrumental para se chegar à verdade.

Steve Smith em "Positivism and beyond"⁴⁶, assinala os limites de questionamento deste paradigma nos principais debates de Relações Internacionais:

"Os chamados 'grandes debates' na história da disciplina, entre idealismo e realismo, tradicionalismo e behaviorismo, ou entre transnacionalismo e estado-centrismo, não envolveram questões de epistemologia." (tradução nossa)

⁴⁶ Positivism and Beyond. pg. 11

O autor faz uma divisão cronológica deste paradigma e aponta três momentos que ilustram as mudanças deste modelo dentro das Ciências Sociais.

Primeiro, a teoria de Auguste Comte, que tenta igualar, mesmo que de maneira hierárquica, os métodos usados nas Ciências Naturais com os utilizados nas Ciências Sociais. O conhecimento, para este autor, passaria do teológico para o metafísico e, finalmente, para o conhecimento positivo. Foi o início da crença na possibilidade de se destacar leis universais dentro do quadro das Ciências Sociais, comparáveis às leis que regem as Ciências Naturais.

Já o segundo momento nasce nos anos vinte com o Círculo de Viena. Para estes autores, o único conhecimento legítimo seria aquele produzido pela ciência. O que daria caráter científico às proposições seria a possibilidade da observação dos fenômenos. O empiricismo passa a ser o método oficial para legitimação de verdades - só é real o que pode ser observado.

Por fim, o terceiro momento, que influenciou a ciência nos últimos cinquenta anos. Para autores como Carnap, Nagel, Hempel e Popper, uma teoria que se quer científica deve conter quatro elementos: primeiro, o logicismo - determinada proposição, para ser científica deve conter os princípios da lógica dedutiva; segundo, a verificação empírica - somente o que pode ser verificado/falseado é científico; terceiro, a separação entre observação e teoria e sua relação com a neutralidade e, por fim, a busca de causalidade como o caminho para verificar relações de eventos invariáveis no tempo.

Estes três tipos de positivismo influenciaram, cada um à sua maneira, os conhecimentos produzidos na área de Relações Internacionais. No primeiro caso, o positivismo de Comte, levou à busca de regularidades no mundo internacional que tivessem semelhança com as leis do mundo natural. Já o Círculo de Viena produziu, dentro das Relações Internacionais, a desconfiança em relação a tudo que não fosse plausível de observação. O terceiro tipo de positivismo, porém, influenciou de maneira singular as Ciências Sociais e, em particular as Relações Internacionais.

Três aspectos podem ser ressaltados sobre a influência desta última variável: Primeiro, a não distinção ou, pelo menos, a aproximação das Ciências Sociais com as Ciências Naturais. Para os teóricos das Relações Internacionais influenciados por este viés do paradigma positivista, é possível comparar a busca de leis que regem o mundo das Relações Internacionais com a busca de leis que regem o mundo natural.

Para os mais radicais (*strong view*), os dois tipos de mundo possuem, basicamente, a mesma essência possibilitando a não diferenciação metodológica de análise e busca de objetivos. Para a corrente menos radical (*weaker version*), as diferenças entre os dois mundos não chegam a ser suficientes para justificar mudanças de métodos na análise das relações - esta última versão foi usada, principalmente na análise de tomadas de decisões, independente da existência de leis rígidas de comportamento.

Segundo, a distinção feita, por esta visão, entre fatos e valores, dando um caráter de neutralidade aos primeiros. Nas Relações Internacionais, esta

perspectiva possibilitou trabalhar com a idéia da presença de eventos objetivos cuja existências independem da interpretação subjetiva. Terceiro, este tipo de positivismo permitiu trabalhar com a possibilidade de regularidades dentre das Relações Internacionais ocasionando, inclusive, a especulação sobre possíveis ciclos históricos e estudos de base estatísticas.

De uma maneira geral, pode-se resumir estes três tópicos de influência do paradigma positivista como o meio através do qual a Ciência das Relações Internacionais legitima determinados processos enquanto caminhos para aproximação das verdades em detrimento dos demais, que acabam ganhando o rótulo de não-científicos ou são descartados pela acusação de não serem produtivos em termos de conhecimento.

O paradigma positivista, até os dias atuais, considera procedente apenas estudos passíveis de comprovação empírica, desenvolvidos dentro dos cânones metodológicos criados pelo próprio positivismo (por exemplo, relação causa/efeito) e que, de preferência, possuam o rigor da quantificação, mesmo que em detrimento da qualidade da análise. Fazer ciência, por este paradigma, é construir da melhor maneira possível um mapa da realidade objetificada que, se não a reflete perfeitamente, pelo menos aproxime-se o máximo possível desta, mostrando determinadas relações de causa e efeito e permitindo que indivíduos racionais, também já objetificados, possam manipular este instrumental para intervir nesta própria realidade da melhor maneira possível.

"Uma resposta à questão 'o que o positivismo significa nas Relações Internacionais?' pode agora ser dada. Positivismo é uma perspectiva metodológica que combina naturalismo (em seu sentido forte (ontológico e metodológico) ou fraco (metodológico)), e uma crença em regularidades. Isto é permitido por uma epistemologia estritamente empiricista comprometida com um objetivismo sobre a relação entre teoria e evidência." ¹⁷ (tradução nossa)

Assim, o ato de conhecer resume-se à utilização dos elementos intrínsecos à natureza humana que nos permitem, através de um processo lógico, desvendar as verdadeiras relações causais que ocorrem no mundo real.

¹⁷ Steve Smith. *Positivism and Beyond*. pg. 17

4.2- NIETZSCHE E O PÓS-POSITIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nas Relações Internacionais, o pós-positivismo (Lapid), também conhecido como reflectivismo ou reflexivismo (Keohane) ou críticos (Steve Smith), seria, na verdade, não uma corrente teórica específica, fechada, mas um movimento formado por diversas visões críticas, que, como ponto em comum, teriam apenas a rejeição ao positivismo. Como parte deste movimento poderíamos citar os pós-modernistas (Ashley, Der Derian, Rob Walker), os teóricos críticos (no sentido da Escola de Frankfurt, como Robert Cox, Andrew Linklater, Mark Hoffman), os teóricos feministas e os pós-estruturalistas⁴⁸.

Nascido durante o debate teórico entre neo-realistas e neo-liberais institucionalistas⁴⁹, os pós-positivistas abandonam a discussão sobre questões pontuais da Política Externa e dedicam-se à análise mais epistemológica das teorias nesta área. Em termos académicos, pode-se dizer que o grupo de autores pós-positivistas nada mais fizeram que transpor as reflexões correntes desde a década de 60 no campo da literatura, sociologia e filosofia, para o campo das Relações Internacionais. Durante esta transposição de método,

⁴⁸ Smith *Positivism and Beyond*, pp. 11-12

⁴⁹ A partir da década de 80, os realistas clássicos já haviam se transformados em neo-realistas (principalmente através da figura de Waltz) e discutiam com os neo-liberais institucionalistas (uma escola vinda da visão pluralista que a antecederam). Ambas visões, apesar das divergências, possuem viés positivista.

entretanto, fica a base filosófica destas teorias que, apesar de se concretizarem principalmente através de Foucault, têm em Nietzsche o seu início.

A principal contribuição deste primeiro, talvez tenha sido a sistematização das relações existentes entre poder e saber. Tudo o que Nietzsche já havia exposto através do conceito de perspectivismo, ganha um âmbito mais social e esquemático nas obras de Foucault o que, mais tarde, possibilitaria a adoção destes pressupostos pela Relações Internacionais. Segundo esta visão, todo poder gera um saber e o contrário também acontece. Não existiria, assim, uma verdade a ser alcançada, somente visões que pudessem se sobrepor às demais.

"Esta é a visão que Foucault e os pós-modernistas em geral começaram a problematizar. Foucault pergunta se 'nós devemos abandonar toda uma tradição que nos permite imaginar que conhecimento pode existir apenas onde as relações de poder são interrompidas e que o conhecimento pode ser desenvolvido apenas fora de suas injunções, suas demandas e interesses.'"⁵⁰ (tradução nossa)

O papel das instituições, continua o autor, seria justamente o de adaptar o indivíduo para assimilar as verdades correntes e, ao mesmo tempo, já que para tal adaptação é necessário o uso de poder (mesmo que de forma estratégica), gerar conhecimento sobre o próprio indivíduo. As teorias, então, passadas para os indivíduos, inclusive com suas respectivas controvérsias,

⁵⁰ Devetak. Postmodernism. pg. 181

seriam o reflexo de uma unidade gerada através do "apagamento" de demais pontos-de-vista. Não haveria, a partir daí, muito sentido no debate entre qual teoria das Relações Internacionais reflete melhor a realidade deste campo. O principal, segundo os pós-positivistas seria perguntar o que levou determinada teoria ou perspectiva do mundo a se estabelecer como principal e mais, também analisar quais os mecanismos que legitimam a possibilidade de contraponto ao 'mainstream' dentro deste campo.

Em termos práticos, o debate proposto pelos pós-positivistas consegue relativizar o enfoque nos argumentos tradicionais como, por exemplo, quais seriam os principais atores nas Relações Internacionais, ou qual a real possibilidade de cooperação entre estes atores, e coloca o poder no centro das atenções como o conceito básico, quase exclusivo, para se entender as verdades proferidas por cada corrente teórica.

É importante frisar, também, que o próprio conceito de poder ganha uma nova gama de adjetivações e é ampliado no seu entendimento para além do simples uso da força ou como mero instrumento de coerção e/ou persuasão. O poder, segundo o próprio Foucault, também pode ser algo que induz, que leva o indivíduo a se comportar de determinada maneira não só através da proibição, mas, principalmente, através do incentivo a determinados comportamentos. Mais especificamente, o poder perde o caráter mais material, geralmente remetido às escolas realistas, e ganha um *status* de essência na produção de qualquer conhecimento.

Este novo paradigma que nasce pode ser dividido em duas vertentes relativas às estratégias de análise. Enquanto alguns pós-positivistas preocupam-se em demonstrar o papel do social na formação e cristalização de conceitos (vertente mais tradicional), outros atêm-se à análise de como estes conceitos ganham caráter de verdade e unicidade tornando-se alheios à críticas mais profundas.

4.3 - Tipos de Construtivismos nas Relações Internacionais

Ted Hopf classifica estas duas vertentes em construtivismo convencional e construtivismo crítico. Ambos, porém, possuem elementos comuns que os colocam do mesmo lado quando se fala em alternativas ao paradigma positivista:

*“Tanto o construtivismo crítico quanto o convencional estão no mesmo lado das barricadas na caracterização da zona de batalha de Yosef Lapid : o fixo, natural, unitário, estável), por um lado (teoria das relações internacionais dominante), e o emergente, construído, interativo, pelo outro (construtivismo).”*⁵¹ (tradução nossa)

Os fundamentos teóricos das duas vias construtivistas são os mesmos:

- tentam retirar o caráter natural dos fenômenos mostrando como, o que se considera natural, na verdade, possui uma história de construção dirigida por interesses sociais e humanos;
- atribuem papel significativo à intersubjetividade e significações dadas ao mundo social;
- trabalham com a relação poder/conhecimento;

⁵¹ Hopf, Ted. *The Promise of Constructivism in International Relations*. pp. 181-182

- reiteram a importância do fazer individual e sua mútua construção com a estrutura social. O indivíduo produz a estrutura que, por sua vez, ajuda a construir o próprio indivíduo.

Dentre os itens que irão diferenciar os dois tipos de construtivismos pode-se citar a maneira como cada um trabalha com a construção de identidades. Enquanto o construtivismo convencional preocupa-se em descobri-las e associá-las às práticas de reprodução social, mostrando como algumas acarretam determinados comportamentos, o construtivismo crítico estará mais preocupado em explicar como as pessoas acreditam na existência única destas identidades, elegendo-as como verdades incontestáveis.

Enquanto o construtivismo convencional trabalha com a existência objetiva de certas identidades e os possíveis desdobramentos destas, o construtivismo crítico preocupa-se com as origens e contextos que possibilitam a construção das mesmas.

Também as noções de poder variam de acordo com a corrente construtivista. Ambas aceitam a presença de relações de poder em toda forma de relações sociais. O construtivismo crítico, entretanto, procura elucidar estas relações tendo em vista uma hierarquização das mesmas. Para os críticos, é preciso destrinçar estas relações de poder para visualizar, em cada uma delas, quais são os principais interessados naquela estrutura de poder para, a partir daí, proporcionar maior capacidade de emancipação e análise aos atores que dela fazem parte.

Já os construtivistas convencionais tratam tais relações de poder de modo mais neutro, sem se preocupar tanto com a identificação dos atores que subjagam seus pares. A preocupação maior deste último tipo de construtivismo limita-se à criação de novos conhecimentos possíveis a partir de novas visões de mundo.

4.4 - Mecanismos Pós-Positivistas nas Relações Internacionais

Se a reestruturação que Foucault faz dos conceitos nietzscheanos colaborou muito para que outras áreas, além da filosofia, fizessem uso desta base, alguns elementos, entretanto, continuaram quase intocados quando usados como instrumentos conceituais de análise. Um dos exemplos mais fortes é o conceito de genealogia aplicado às Relações Internacionais.

Para o filósofo, como toda verdade é sustentada por determinada rede de poderes, deve, também, possuir um marco histórico. Um dos mecanismos mais usados por quem participa do *mainstream* das Relações Internacionais é o de convencer que determinados pontos-de-vista são naturais ao mundo e sua aceitação deve ser algo tão natural tanto quanto sua origem. Apagar o nascimento destas verdades, esconder os pressupostos arbitrários sobre os quais se assentam determinadas afirmações, excluir ou mesmo ridicularizar oposições ao que se quer como verdade, é um dos artifícios mais comuns usados na produção de saber, superando, até mesmo, o debate sistemático e profundo dos paradigmas em voga.

O instrumental genealógico, citado por Nietzsche, consiste justamente em historicizar toda e qualquer afirmação produzida em qualquer campo de conhecimento. Não existem verdades por si. Se determinada visão de mundo é mais aceita que outras isto, sem dúvida, possui uma origem cronológica e

identificar esta origem, significa relativizar seu valor colocando-a como uma verdade que, como tudo na vida, também possui o seu tempo.

*“Genealogia é uma forma de história que historiciza aquelas coisas que são pensadas para serem além da história, incluindo as coisas ou pensamentos que têm sido enterrados, cobertos, ou excluídos de perspectiva no escrever e fazer a história. Num sentido que diz respeito ao escrever contra-histórias que exponham os processos de exclusão e encobrimento que fazem possível a idéia de história como uma estória unificada, progressiva, com um claro começo, meio e fim”.*⁵² (tradução nossa)

Assim, a supremacia do Estado-Nação (e isto, até mesmo Morgenthau já o admitia) tem uma origem histórica bem definida e não deve ser considerado independente desta sua gênese. A não aceitação desta verdade pelos pluralistas, a possibilidade ou não de cooperação entre atores e, até mesmo a sistemática da relação em Relações Internacionais, só podem ser vistas como produtos de um momento histórico que os legitima e não como verdades atemporais que se sustentam por si.

Outro mecanismo comum aos pós-positivistas é o da desconstrução. Seguindo esta linha de raciocínio, chega-se à conclusão que não existem conceitos que se sustentam sozinhos. Para que determinada verdade exista, é preciso existir, também, sua contradição.

⁵² Duvetak. Postmodernism pp.184-185

Desconstruir um conceito é justamente verificar quais são os pontos de contradição que o sustentam mas que, ao mesmo tempo, são apagados para legitimar o produto final. Seria um segmento do método genealógico, só que agora, feito de uma maneira mais horizontal. Enquanto a genealogia preocupa-se em situar historicamente o nascimento de uma verdade, o método da desconstrução consiste em atribuir tensões aos conceitos formadores destas verdades. Como exemplo, é possível imaginar a desconstrução do conceito de Anarquia em Relações Internacionais. Se existe uma situação anárquica entre os atores internacionais, é porque determinada autoridade entre eles também existe (só faz sentido acreditar em um conceito pela sua oposição). O estudo desta ordem que possibilita a metáfora da anarquia, entretanto, é apagado por aqueles que querem convencer que somente a ausência de autoridade existe em Política Internacional. Contrapor os pares autoridade/política interna a anarquia/política externa é utilizar conceitos de natureza divergente para explicar um único fenômeno. Somente a desconstrução destas situações cria instrumental suficiente para se contrapor aos paradigmas utilizados.

Por fim, como um terceiro exemplo, pode-se citar também a chamada Dupla Leitura como mecanismo utilizado pelos pós-positivistas em Relações Internacionais. Como existem várias perspectivas passíveis de se decifrar o mundo, também é possível dizer que existem vários níveis de compreensão de determinado texto.

Se as verdades são produzidas através de um jogo de forças, é através dos discursos produzidos (sejam eles escritos, falados ou representados) que

podemos vislumbrar o 'mapa' destas forças. A intencionalidade de determinado autor ao produzir um texto que reflita sua visão de mundo, não passa de um destes níveis de compreensão que foge ao objetivo primeiro de quem o produz. Todo texto reflete um jogo de forças, por isso, possui uma profundidade intrínseca formada a partir destas perspectivas.

Fazer uma dupla leitura significa ter acesso a um texto decifrando não só a superficialidade da intenção do autor, como também, as contradições e justaposições de forças que possibilitaram sentido ao que é apresentado. Sejam estas significações conscientes, ou não, o que importa é que as mesmas dizem muito mais sobre o conhecimento que se quer naquele discurso que a própria intenção do autor desejaria. Se, por exemplo, determinado autor, de determinado país, propaga ser a teoria realista a que melhor explica o mundo, cabe ao bom pós-positivista situar em seus argumentos não só o momento histórico que o ajudou (ou não) a legitimar aquele discurso, as contradições inerentes ao mesmo e, por fim, como tudo isto se apresenta através de uma textualidade que, à primeira vista, teria a simples intenção de convencer sobre determinada verdade.

V - NIETZSCHE E O REALISMO

Como vimos, Nietzsche foi introduzido nas Relações Internacionais como arcabouço teórico inicial do movimento pós-positivista, que assimilando conceitos como perspectivismo e genealogia e relações como poder e saber, mais tarde desenvolvida por Foucault, criou mecanismos próprios para fazer frente às teorias positivistas.

O que proponho agora, nesta última parte do trabalho, é um novo "uso" para Nietzsche no campo das Relações Internacionais. Tentar realizar uma leitura do realismo pelo pensamento nietzscheano, ou seja, tentar analisar conceitos-chave do realismo, principalmente, como já explicitado, os de Morgenthau, a partir de uma temática e de conceitos construídos por Nietzsche.

O que pretendo, portanto, não é fazer apenas uma aproximação de conceitos entre as teorias de Nietzsche e Morgenthau, mas fazer uma leitura da obra deste último pela ótica do primeiro. Mostrar que é possível ter uma nova

interpretação da obra de Morgenthau , atribuindo-lhe um novo arcabouço filosófico. Saem de cena Tucídides, Maquiavel, Hobbes e Clausewitz, e entra Nietzsche.

Nesta "troca", Morgenthau deixa de ser apenas o pensador da política internacional como luta pelo poder, e este entendido como uma fome de poder. Passa a ser um teórico da natureza humana, lidando com concepções como o Amor , a solidão e nossa necessidade de construção de unidades. A própria noção de poder ganha uma outra perspectiva nesta nova leitura.

Para tanto, teremos como conceito central a Morte de Deus nietzscheana que, de um ponto de vista metafísico, possibilitou o surgimento do realismo. Se não há mais deuses ou a possibilidade de fuga para um outro mundo, é neste mundo que o homem deve agir, é este o único palco possível.

5.1 - Vontade de Potência , Poder e Natureza Humana - A Convergência Filosófica

Como anteriormente trabalhado, com a Morte de Deus, temos interdita a possibilidade de construção de uma unidade, capaz de tornar a experiência inteligível, em um ser superior, não humano. A unidade deve ser construída aqui, no único mundo que nos resta, pela ação dos indivíduos.

Mas, por que o homem tanto deseja a unidade?

Segundo Morgenthau⁵³, pela solidão, uma solidão existencial e um isolamento no qual o homem se encontra, em um mundo no qual os deuses partiram. O homem está sozinho, separado de outro homem e das coisas. O desejo de unidade é o desejo da transcendência, de fazer parte de um todo maior do que nós. E este desejo, fora de Deus, só pode ser saciado em outro homem, por meio de dois caminhos - o Amor ou o Poder.

A ânsia pelo poder e o desejo de amor do homem têm, portanto, a mesma origem - a solidão. A certeza do homem de não estar sozinho, representada pela figura de Deus, cede lugar ao estar sozinho em um mundo sem deuses, na companhia de outros homens apenas. Nestas condições, o Amor constrói a unidade através da espontaneidade mútua, enquanto o poder o faz pela imposição unilateral. O Amor e o Poder em Morgenthau são, portanto, as duas faces de um mesmo desejo, o de superar a solidão através da

⁵³ Petersen. Breathing Nietzsche's Air.

construção de uma unidade, da busca pela duplicação de nossa individualidade.

Entretanto, e este é o cerne da obra de Morgenthau, o Amor e o Poder não são apenas desejos ou necessidades que o ser humano possui, mas aquilo que nos constitui. Eles são, na verdade, algo muito mais amplo - uma concepção, uma visão do ser humano.

O Amor seria a instância primeira, capaz de produzir unidade, transcendendo e superando questões concretas que fazem do poder um problema, tais como justiça, liberdade e moralidade. Um sentimento que busca criar uma unidade deixando as individualidades intactas.

Entretanto, no momento em que o Amor "falha", entra em cena seu alter ego - o Poder. O que não foi possível alcançar através do Amor, os indivíduos tentaram obtê-lo através de um substituto - o Poder.

Assim, se o mundo real não pode mais ser explicado e tornado inteligível através do conceito de Deus, Morgenthau constrói aqui um novo princípio metafísico capaz de cumprir este papel, e criar uma ordem, o Poder ou mais especificamente a ânsia pelo Poder.

Estamos de volta à velha temática nietzschiana - como conciliar um caos teórico com uma existência empírica ordenada. Como já vimos, Nietzsche responde a esta questão com os conceitos de perspectivismo e Vontade de Potência. Agora vem a resposta de Morgenthau na concepção de poder.

Então, o que é afinal o poder em Morgenthau?

Em "A Origem do Político na Natureza do Homem" (1930)⁵⁴, Morgenthau, utilizando-se da teoria freudiana das pulsões⁵⁵, descreve o homem como um ser movido por uma pulsão de autopreservação e por uma pulsão de auto-afirmação. A primeira nada mais seria que a manifestação de nossas necessidades básicas como comer, dormir ou se abrigar. Seria, portanto, uma característica presente em todos os animais, movidos por uma necessidade de sobrevivência.

Já a segunda, seria uma especificidade dos seres humanos. A pulsão de auto-afirmação seria a vontade de um homem em se afirmar perante o mundo, tentar impor a sua vontade, e se sentir capaz perante si mesmo. É o exercício desta pulsão que reafirmaria a nossa sensação de estar vivo.

Estas duas pulsões, não sendo excludentes, coexistem no indivíduo em um equilíbrio que pode ser afetado pelo mundo exterior. Ambas lutam pela conquista de nossas forças e têm a mesma base - o princípio do prazer. O homem perseguindo suas necessidades básicas ou buscando se afirmar, seria movido, em uma análise última, pelo desejo do prazer ou em outros termos, para evitar o desprazer, como a fome, o frio, o domínio de outro homem.

Entretanto, estas pulsões são satisfeitas de maneira diferente. Para Morgenthau, a de autopreservação seria satisfeita de acordo com as necessidades do ser - se sinto fome, me alimento, se sinto frio, procuro abrigo. Além disso, os

⁵⁴ citado em Aires Jr. Hans Morgenthau sobre a Natureza Humana e a Política.

⁵⁵ A psicanálise exerceu um papel fundamental nos primeiros escritos de Morgenthau. Entretanto, esta abordagem foi abandonada nos anos posteriores. Em sua autobiografia, o autor coloca que "Yet I did not doubt that Freud, (...), had opened a new world to human understanding, and for about a year I

elementos necessários a minha satisfação seriam fornecidos pela natureza e em padrões determinados por essa mesma natureza.

O mesmo não ocorre com a pulsão de auto-affirmação. Segundo Morgenthau, esta jamais pode ser satisfeita e seus parâmetros não são dados naturalmente, mas por um outro homem. É uma pulsão que me leva a buscar a apropriação de cada vez mais objetos; o que consigo agora me fortalece e será um meio para obter minha próxima conquista. O princípio do prazer se realiza aqui cada vez que a minha vontade prevalece sobre a de outros homens. Poder é, então, a minha capacidade de impor a minha vontade e fazê-la prevalecer.

Mais tarde, mais precisamente em 1946, com a publicação de "Scientific Man vs. Power Politics", Morgenthau abandona as expressões pulsão de autopreservação e pulsão de auto-affirmação e as substitui por egoísmo e vontade ou ânsia de poder, respectivamente. Em 1948, com "Politics Among Nations", Morgenthau também abandona o egoísmo, passando a vontade de poder a ocupar um lugar central em sua obra.

De um ponto de vista conceitual, e sob a ótica nietzscheana, que é a nossa proposta neste trabalho, o poder de Morgenthau se torna uma noção metafísica - não como um simples desejo ou uma vontade que tenho, mas, para além disso, algo que transcende o tempo e o espaço, que não se baseia em uma noção taxativa de natureza humana.

experimented with Freudian concepts and insights in an attempt to construct a theoretical system of politics". Morgenthau. Fragment of an Intellectual Autobiography. In Thompson; Myers. Truth & Tragedy.

Embora seja uma noção metafísica, Morgenthau nos lembra que o poder não é uma abstração metafísica, ou seja, ele não tem uma essência, uma vida ou um comportamento próprio. O homem não possui, assim, uma ânsia de poder, ele é esta ânsia. Ou, como diria Nietzsche, nós somos Vontade de Potência.

Poder não é, portanto, algo que se aplica apenas ao reino da política, é algo que constitui o próprio ser humano e torna o mundo inteligível para nós. Diferentemente, das abordagens tradicionais, chamamos aqui a atenção para o fato de que toda a teoria política de Morgenthau se baseia em premissas filosóficas acerca da natureza humana e nossa natureza é justamente esta vontade de poder, que irá atravessar todas as esferas de nossa vida, incluindo a política e a política internacional.

Petersen⁵⁶, no entanto, ressalta que o conceito de poder de Morgenthau não deve ser visto como algo ancorado em uma definição estática da natureza humana. A noção de poder, aliás, antecede qualquer definição de natureza humana e do eu. Como coloca Petersen, a natureza humana em Morgenthau não é um axioma autoevidente, mas uma pergunta: *"What is man and what can he possibly be if he has his being within an economy of violence -- if he is himself a Will to Power?"*

Assim, temos uma nova concepção do primeiro e segundo princípio filosófico do realismo. Nestas duas premissas, Morgenthau coloca que a política possui leis gerais, imutáveis, uma vez que embasadas na natureza humana. Se

compreendemos o poder como vontade de potência, sabemos que a natureza humana nada mais é que um desejo constante de auto-afirmação do homem, um desejo de impor sua vontade. Mas, esta natureza, com já dita não é estática, uma vez que o modo e a intensidade como este poder se manifesta se transforma no tempo e no espaço - é a noção de interesse de Morgenthau.

A política sempre será a luta pelo poder, como nós o somos, mas definindo interesse em termos de poder e sendo este temporal, chegamos à conclusão de que a política também muda, enquanto manifestação de nossa vontade de poder.

Toda a teoria política de Morgenthau, portanto, parte de uma determinada visão, compreensão que este autor tem sobre o ser humano. Para ele, nós somos um ser finito e incapaz de compreender a totalidade do mundo no qual vivemos. Estamos sozinhos, sem uma unidade superior, vivendo no meio de outros homens - somos, ao mesmo tempo, seres solitários e sociais.

E é justamente por estar vivendo entre outros homens e em um mundo real, que nasce a possibilidade de ação - outra categoria fundamental do pensamento de Morgenthau.

O homem age neste mundo e, agindo, cria a ordem das coisas, movido por um *animus dominandi*. Em uma tradução nietzscheana, a ordem do mundo nada mais é que uma unidade construída através da imposição de uma determinada perspectiva, pelo exercício de nossa Vontade de Potência.

⁸⁶ Breathing Nietzsche's Air

Em Morgenthau, portanto, todas as ações humanas são sempre uma manifestação do *animus dominandi*, ou seja, as ações são a manifestação concreta de uma luta pelo poder maior que é o próprio ser humano. E, objeto de nossa ação, uma vez que somos seres sociais, será sempre um outro homem, tornando inevitável um conflito moral.

No entanto, como várias vezes ressaltamos, a natureza humana não é algo estático em Morgenthau. Na verdade, nós não somos o *animus dominandi*, mas o que nos tornamos quando nosso desejo de autonomia – nossa Vontade de Potência – se manifesta. É uma natureza que não é, portanto, atemporal e universal; ao contrário, é mutável, pois somos o que nos tornamos quando movidos por nossos interesses e estes mudam dependendo do contexto. Esta concepção de natureza é possível uma vez que somos seres sociais, localizados no tempo e no espaço e não seres abstratos.

O *animus dominandi* não está fundado, deste modo, em uma estrutura determinista do ser, mas em uma visão plural do ser humano, dotado de liberdade e de capacidade de ação.



5.2 – Vontade de Potência, Poder e Moral - A Divergência Ético-Normativa

Com seu conceito de Vontade de Potência, Nietzsche introduz também uma nova concepção moral.

Para este autor, como anteriormente colocado, houve uma época pré-moral em que as ações dos indivíduos eram julgadas pelo seu resultado e não por suas intenções. Como exemplo, tivemos a Idade Trágica dos Gregos. Era uma época de terreno extremamente fértil para a expansão de nossas potencialidades e na qual as noções de bem/mal ou belo/feio não estavam ligados a um sistema moral pré-determinado, mas a nossa capacidade de exercício da Vontade de Potência. Assim, belo e bom é tudo aquilo que aumenta nossa potência, independente de nossas intenções.

Posteriormente, passamos a viver em uma época moral, em um sistema de valores que define o bem e o mal aprioristicamente, e na qual as ações são julgadas por nossas intenções, independente dos seus resultados ou consequências. É uma época que limita a expansão de nossas potencialidades, tornando-se uma barreira ao desenvolvimento do ser humano e surgimento do *Übermensch*.

O que Nietzsche advoga, portanto, é que para haver terreno fértil para o advento de uma nova era da humanidade, é necessária a volta a esta fase pré-moral. É necessário estar Além do Bem e do Mal. Assim, em Nietzsche a

Vontade de Potência e seu exercício estão imunes a qualquer valoração apriorística. Podemos dizer, então, que aqui o poder não é um problema moral.

Entretanto, em Morgenthau, esta posição amoral em relação ao poder não ocorre. Para ele, o poder pode e deve ser um objeto de valoração moral. Os indivíduos são seres livres e morais e, como tal, são responsáveis pela consequências de seus atos.

Liberdade, para Morgenthau, é uma condição de existência moral e não empírica do ser humano. A nossa condição empírica é regida por uma outra lógica – a da vontade de dominar, para além de nosso controle e de nossa consciência. Há, então, uma tensão entre liberdade e necessidade – de nossa capacidade de escolha para agir e de um desejo de dominação que nos impulsiona independente de uma vontade consciente.

No entanto, esta vontade de domínio, por estar além de nossa consciência, não nos faz, como em Nietzsche, *Além do Bem e do Mal*. Morgenthau defende que os indivíduos devem tomar pra si as consequências de suas ações e considerar os outros seres humanos como um fim e não como um meio – o que também é uma posição moral.

Mais uma vez a teoria nietzscheana será divergente, já que Nietzsche advogava que os homens de Moral do Senhor devem considerar os outros indivíduos como uma escada, uma ponte rumo ao seu desenvolvimento. Quanto aos seres de Moral do Escravo, estes devem se contentar com esta condição e fazer o máximo para ajudar nesta escalada, vivendo em servidão e sacrificando a vida se necessário.

Voltando a Morgenthau, a vontade de poder em si é alheia a qualquer moralidade, ela tende a se expandir, a maximizar a busca pelo prazer, a manifestar-se desenfreadamente, o que pode gerar uma situação de desordem e caos social, impedindo a vida em sociedade. É necessário, então, que esta vontade seja contabalçada. É o que Morgenthau chama de freios e que podem ser de três espécies :

1 - A balança de poder - no plano filosófico, seria o equilíbrio gerado a partir do momento que um indivíduo enquanto "portador" da vontade de potência aprende a conviver com outro homem, também dotado da mesma vontade. E é este equilíbrio que permite a vida em sociedade, garantindo uma estabilidade ao todo e a sobrevivência a cada uma das partes;

2- A moral, o costume e o direito - trabalhando em esferas diversas estas instituições funcionam como freio à vontade de domínio. A sociedade, através do processo de socialização, domestica o indivíduo, imprimindo nele valores, padrões de conduta e limitando, assim, sua vontade de poder. Entretanto, Morgenthau chama a atenção para o fato de que a limitação só se torna efetiva pela sanção. Se o homem age movido pelo princípio do prazer, a punição deve vir na forma da ameaça de um desprazer. Deste modo, no âmbito da consciência, a certeza da violação de valores no qual se acredita gera a consciência pesada, o homem como seu próprio tribunal; no campo do costume,

temos a sanção moral, a sociedade reagindo cada vez que transgredimos um valor e, finalmente, no direito, temos a ameaça física e a punição.

O que é central na teoria de Morgenthau é que sendo a vontade de poder exercida por meio da ação e constituindo-se esta na ação de um homem sobre outro homem, a mesma sempre causará sofrimento, sendo sempre má. E considerando-se que esta vontade de poder é o que constitui nossa natureza, poderíamos concluir, como muitos, que nossa natureza é má. Por consequência, teríamos uma natureza maldosa produzindo ações com a mesma qualidade.

Mas, é importante ressaltar que Morgenthau não tem uma concepção da natureza humana como intrinsecamente má. O mal faz parte de nossa natureza, mas não de maneira apriorística e estrutural. As nossas ações são más, uma vez que sua consequência imediata é reduzir um ser humano em objeto sobre o qual vou exercer o poder, um meio para atingir meus objetivos.

Assim, a natureza humana é um produto da qualidade da ação e não ao contrário, ou seja, Morgenthau não parte da concepção de uma natureza má do ser humano, uma espécie de mal inerente, gerando ações também más. É justamente o contrário. Como toda ação recai sobre outro ser humano e é o exercício de meu *animus dominandi*, esta ação afeta este outro ser, tornado-se má.

O campo da política é onde podemos perceber isto mais claramente. Nesta esfera, temos a relação mais intensa de poder. O homem está aqui dividido entre a vontade de poder e o comando moral, impresso em seu ser, - é

o dilema moral da ação política (como de todas as esferas da vida humana). O ser humano entre o ser e o dever ser.

É interessante notar que Morgenthau não aceita a noção de uma ética própria da política, sendo um crítico de Schmitt. Para ele, a ética da política é a mesma de toda e qualquer esfera da vida, não há uma dualidade ética, como também é inaceitável o maquiavelismo vulgar, segundo o qual “os fins justificam os meios” (os fins nunca são os fins, pois a vontade de poder nunca se satisfaz).

Então, como analisar o quarto princípio do realismo, segundo o qual as esferas da moral e da política são independentes?

O que Morgenthau está dizendo aqui é que na decisão política, o homem não deve se pautar por valores morais ou por ideologias. A medida destas ações deve estar nos interesses (e voltamos, então, ao poder), ou seja, no momento que agimos na esfera política, devemos fazê-lo sem nos pautar pela moral. Mas, uma vez tomada a decisão, devemos assumir a responsabilidade pelos nossos atos e fazer o possível para minimizar as consequências dos mesmos. E é aí que entra a moral.

Morgenthau não aceita a interferência da moral no momento da decisão, mas também não aceita que esta postura significa que ele esteja relativizando a mesma. O que este autor coloca é que a ação política em si mesma rompe com nossos preceitos morais, uma vez que coloca o homem como meio para atingir nossos objetivos e, ainda, que é impossível fugir disto. Toda ação política, como

toda ação em geral, é má. Mesmo se houver boas intenções, a política continuará a ser o domínio do mal por excelência.⁵⁷

No entanto, se sabemos que este nosso ato produz sofrimento, devemos ter uma conduta ética e a prescrição de Morgenthau para a política é a mesma de qualquer campo de ação.

Assim, a política se torna a Arte do Menor Mal, se o mal é inevitável, então, devemos adotar o mal menor. Na prática, isto consistiria na escolha dos meios e sua adequação aos fins e na determinação nos próprios fins. Este último seria, de acordo com Morgenthau um questão de responsabilidade. Na política não bastam as boas intenções, devemos estar atentos às consequências de nossos atos. Deste modo, a prudência torna-se a virtude número um do realismo.

É claro que esta posição "moral" de Morgenthau não se coaduna com a posição ético-normativa de Nietzsche. Para este autor, a Vontade de Potência está além do bem e do mal não só no momento de nossas escolhas, mas também no momento das consequências. Se o objetivo de Nietzsche era voltar a uma época pré-moral, na qual as ações eram julgadas por suas consequências, o que interessa aqui não é a possibilidade do mal ao outro ou o minimizar estes efeitos, mas se logrei ou não êxito no exercício de minha vontade de potência.

Além disso, Nietzsche jamais aceitaria a noção de que é necessário limitar esta vontade de potência para que possamos viver em sociedade. Provavelmente, ouviríamos dele não uma exortação a este espírito de

⁵⁷ Morgenthau. *Scientific Man vs. Power Politics*.

convivência pacífica aprendida, mas um visão bélica da vida, tantas vezes criticada por Morgenthau. O conselho de Nietzsche?

Se uma ordem deve vigorar, que seja a sua; leve a vontade de potência até as últimas consequências. O homem nada mais é que

"(...) uma corda distendida entre o animal e o super-homem: uma corda sobre o abismo; travessia perigosa, temerário caminhar, perigoso olhar para trás, perigoso tremer e parar.

A grandeza do homem é ser ele uma ponte, e não uma meta; o que se pode amar no homem é ser ele uma passagem e um termo.

Amo apenas aqueles que sabem viver como se extinguindo, porque esses são os que atravessam de um lado para o outro". ⁵⁸

O medo da destruição de Morgenthau. A preservação do homem.

A necessidade de destruição de Nietzsche. A superação do homem.

⁵⁸ Nietzsche. Assim Falava Zarathustra. pg. 11

VI- CONCLUSÃO

Não há dúvida que a teoria política de Morgenthau se baseia em um arcabouço filosófico muito mais amplo. Assim , fazendo uma reinterpretação de seus conceitos filosóficos, conseqüentemente, estaremos reinterpreutando seu realismo político.

A partir de uma leitura dos conceitos de poder e natureza humana sob uma ótica nietzscheana , estaremos construindo uma nova teoria realista. Morgenthau deixa de ser o autor da política como uma simples luta pelo poder ou do *animus dominandi* que permeia a natureza humana como algo intrinsecamente maléfico.

Em uma nova perspectiva, a política internacional como uma luta pelo poder nada mais é que uma transposição da natureza humana para a esfera da política. O campo da política passa ser apenas uma instância específica de uma luta pelo poder muito maior que constitui o ser humano.

Se nós somos esta vontade de domínio, se é este o *animus* que constitui a nossa natureza, as nossas relações não poderiam ter uma outra substância. A

política, portanto, é também um campo de luta pelo poder, pelo simples fato de que cada indivíduo o é. O que muda são apenas as instâncias. Seguindo esta lógica, é possível transcender a separação entre a política internacional e a doméstica – ambas são esferas na qual a luta pelo poder se dá. Desaparece, então, a noção de dentro e de fora e a perspectiva de que a teoria de Morgenthau se aplica apenas à esfera internacional. Sua teoria é, assim, aplicável à política como um todo. Assim, a política seria

“(...) uma manifestação especial da vontade do homem de ter poder sobre outros homens, então essa vontade não é mais que uma manifestação especial de uma vontade humana que se expressa também em esferas não políticas, isto é esferas onde os objetos não são humanos, mas sim outros objetos animados e inanimados”⁵⁹

Nesta perspectiva, o que diferenciaria o campo político do não-político não seria a noção de poder, mas o objeto sobre o qual exerce este poder. Na política, sobre outros homens; nos outros campos, sobre objetos. A política é então um fenômeno específico da natureza humana.

Infelizmente, as leituras tradicionais de Morgenthau continuam a ignorar a importância que a natureza humana tem em sua teoria. É primordial compreender que toda a teoria empírica deste autor, ou seja, todo o realismo político, está assentado em uma base filosófica.

⁵⁹ Morgenthau citado em Aires Jr. Hans Morgenthau sobre a natureza humana e a política.

Só assim é possível entender a crítica de Morgenthau ao Império da Razão (não há algo de nietzscheano nisto?). Para ele, o homem confiaria demais na razão para a resolução de seus problemas, incluindo os problemas políticos. Nós nos esquecemos que o lugar da razão é muito mais modesto, uma vez que esta serve a impulsos “irracionais”, para além da consciência, que são os verdadeiros determinantes do comportamento humano. Mais do que razão, nós somos vontade de potência, de auto-afirmação, uma necessidade de impor nossas vontades e nos sentir vivos.

Um outro aspecto a ser observado é a relação entre natureza humana e ação na obra de Morgenthau. Diferentemente da concepção tradicional, este autor não tem uma visão da natureza humana como uma coisa má aprioristicamente e, conseqüentemente, agindo, o ser humano produziria ações más. A relação aqui deve ser invertida. As ações humanas são más, uma vez que agimos sobre outros homens e esta ação é um exercício de nossa vontade de domínio ou, como diria Nietzsche, de nossa Vontade de Potência. Não há como fugir desta lógica. Esta vontade é algo que transcende nossa consciência, é uma necessidade, e sendo más nossas ações, a maldade passa a fazer parte de nossa natureza.

E é justamente por não podermos fugir a esta lógica de dominação que, em Morgenthau, o Estado é incapaz de exercer um papel de redenção moral⁶⁰.

⁶⁰ Petersen. *Breathing Nietzsche's Air*

"A tendência a dominar... é um elemento de todas as associações humanas, da família, das associações fraternais e profissionais e organizações políticas locais até o Estado⁶¹".
(tradução nossa)

Um último ponto a ser observado na relação entre Nietzsche e Morgenthau é que, embora haja uma convergência filosófica, o mesmo não ocorre no âmbito ético-normativo. Não tenho dúvidas de que o melhor meio para se compreender a noção de poder em Morgenthau seja a perspectiva de vontade de potência de Nietzsche.

Poder não é apenas fome de poder e, conseqüentemente, o realismo político não deve ser entendido simplesmente como uma apologia do poder pelo poder. O realismo político é a transposição para a política de algo maior que é o ser humano. Se nos somos vontade de poder, a política é o campo privilegiado desta luta.

Entretanto, quando se parte destas premissas filosóficas para a "prática", temos posições diversas. Nietzsche acreditava que as nossas ações, uma vez motivadas pela nossa Vontade de Potência, estariam imunes a qualquer julgamento moral apriorístico. O que me interessa na minha ação são as conseqüências dela, ou seja, se consegui ou não expandir minha potência, se consegui ou não fazer prevalecer minha vontade. Aqui não há motivos para

⁶¹ Morgenthau citado em Petersen. Op. cit. pg. 107

haver freios. Nietzsche tem uma visão bélica da vida. É preciso lutar. *“Tudo o que não me mata me faz mais forte”*.⁶²

Já Morgenthau, partindo da mesma noção de homem como vontade de potência, no plano da prática produz uma outra prescrição. Devemos sim pensar nas consequências de nossos atos. A expansão desenfreada de nossa potência é sim danosa. Para este autor, o homem não é só poder, é também moralidade. Temos, assim, que

“O homem é um animal político por natureza; (...) e ele é um moralista porque ele é um homem”.⁶³

⁶² Nietzsche. O Crepúsculo dos Ídolos. Pg. 10

⁶³ Morgenthau citado em Aires Jr. Pg. 22

BIBLIOGRAFIA

1. AIRES JR., Demerval Sena de. **Hans Morgenthau sobre a natureza humana e a Política: um estudo sobre o problema da vontade de poder e o dilema mora da ação política.** 2000. Dissertação (bacharelado) - Universidade de Brasília
2. BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** verbete *Poder* 11.ed. Brasília: UnB, 1998
3. CARR, Edward H. **Vinte anos de Crise: 1919-1939.** Ed. UnB, 1981.
4. DELEUZE, Gilles. **Nietzsche.** Rio de Janeiro: Graal 70, 1965
5. DER DERIAN, J. **A Reinterpretation of Realism: Genealogy, Semiology, Dromology. International Theory: Critical Investigations.** NY: NY University Press, 1995 edited by James Der Derian.

6. DEVETAK, Richard. **Postmodernism** .
7. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988
8. _____ **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 18.ed.
Petrópolis: Vozes, 1998
9. HATAH, Lawrence J. **A Nietzschean Defense of Democracy: An
experiment in Postmodern Politics**. Open Court, 1995
10. HOPF, T. **The Promise of Constructivism in International Relations**.
International Security 23(1): 171-200
11. LEBRUN, Gerard. **O que é Poder**. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995
12. MORGENTHAU, Hans J. **Politics among Nations: The struggle for power
and peace**. Ed Knopf. New York 6ª edição
13. _____ **Scientific Man vs. Power Politics**. Chicago: The
University of Chicago Press

14. NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro**. 2.ed. SP: Companhia das Letras, 1992
15. _____ **Vontade de Potência**. 3.ed. RJ: Tecnoprint, 1966
16. _____ **Assim Falava Zaratustra**. SP: Hemus Editora, 6a. edição
17. _____ **A Gaia Ciência**. 2.ed SP: Nova Cultural, 1991
18. _____ **Cinco Prefácios para Cinco Livros não Escritos**. RJ: Livraria Sette Letras Ltda, 1996
19. OLIVEIRA, Odete M. **Relações Internacionais: Estudos de Introdução**. Curitiba: Juruá, 2001
20. PETERSEN, Ulrich Enemark. **Breathing Nietzsche's Air: New reflections on Morgenthau's concepts of power and human nature**. *Alternatives* 24 (1999), 83-118. Lancaster, Lancaster University.
21. RUSSEL, Greg. **Hans J. Morgenthau and the ethics of American Statecraft**. Louisiana State University Press. Baton Rouge and London.

22. SMITH, S. **Positivism and Beyond. International Theory: Positivism and Beyond.** K.B.M.Z. Steve Smith. Cambridge: Cambridge University Press. P. 11-44

23. THOMPSON, Kenneth; MYERS, Robert (ed.) **Truth & Tragedy: a tribute to Hans J. Morgenthau.** Washington: New Republic Book, 1997

24. VIOTTL, Paul R., KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory: Realism, Pluralism Globalism.** Allyn and Bacon, 1993.

25. WAEVER, Ole. **Figures of international thought: introducing persons instead of paradigms. The Future of International Relations: Masters in the making?** edited by Iver B. Neumann and Ole Waever. Ed. Routledge, 1997.

26. WALKER, R.B.J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory.** Cambridge, Cambridge University Press.

27. WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Brasília: UnB, 1999